

Aula 00

E-Books Estratégicos PRF

Autor:

Coordenação Pedagógica

06 de Julho de 2024



E-book

PRF 2021

Prova comentada



Olá, pessoal!

É com imensa satisfação que damos continuidade a este projeto de E-book PRF 2021 - Prova comentada!

Como, ao longo de sua preparação, é fundamental que vocês resolvam diversas questões de concursos passados, sabemos que esta série de e-books será de grande utilidade. Nosso objetivo é proporcionar mais uma valiosa ferramenta de estudo para deixá-los mais perto de sua aprovação.

Aproveitem muito este material! Bons estudos!

Equipe Estratégia Concursos

 Estratégia Concursos

 @estrategiaconcursos

 @estrategia.concursos

 Estratégia Concursos

 **Estratégia**
Concursos



SUMÁRIO

LÍNGUA INGLESA	4
LÍNGUA ESPANHOLA	9
LÍNGUA PORTUGUESA	17
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO	28
NOÇÕES DE INFORMÁTICA	34
FÍSICA	39
ÉTICA E CIDADANIA	43
GEOPOLÍTICA	49
LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	51
DIREITO ADMINISTRATIVO	75
DIREITO CONSTITUCIONAL	80
PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL/ 2021/ CEBRASPE	84
DIREITO PENAL	86
DIREITO PROCESSUAL PENAL	90
LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL	96
DIREITOS HUMANOS	100
QUESTÃO DISCURSIVA	105



LÍNGUA INGLESA

A deep freeze this week in the Lone Star state, which relies on electricity to heat many homes, is causing power demand to skyrocket. At the same time, natural gas, coal, wind and nuclear facilities in Texas have been knocked offline by the unthinkable low temperatures.

“The extreme cold is causing the entire system to freeze up,” said Jason Bordoff, director of Columbia University’s Center on Global Energy Policy. “All sources of energy are underperforming in the extreme cold because they’re not designed to handle these unusual conditions.”

The ripple effects are being felt around the nation as Texas’ prolific oil-and-gas industry stumbles.

It’s striking that these power outages are happening in a state with abundant energy resources. Texas produces more electricity than any other US state — generating almost twice as much as Florida, the next-closest, according to federal statistics.

Wind power is also booming in Texas, which produced about 28% of all the US wind-powered electricity in 2019, the EIA said. But the problem is that not only is Texas an energy superpower, it tends to be an above-average temperature state. That means its infrastructure is ill-prepared for the cold spell currently wreaking havoc. And the consequences are being felt by millions.

Critics of renewable energy have pointed out that wind turbines have frozen or needed to be shut down due to the extreme weather.

Even though other places with colder weather (like Iowa and Denmark) rely on wind for even larger shares of power, experts said the turbines in Texas were not winterized for the unexpected freeze.

But this is not just about wind turbines going down gas and coal-fired power plants need water to stay online. Yet those water facilities froze in the cold temperatures and others lost access to the electricity they require to operate.

It’s too early to definitively say what went wrong in Texas and how to prevent similar outages. More information will need to be released by state authorities. Still, some experts say the criticism of wind power appears overdone already. “In terms of the blame game, the focus on wind is a red herring. It’s more of a political issue than what is causing the power problems on the grid,” said Dan Cohan, associate professor of environmental engineering at Rice University.

The energy crisis in Texas raises also questions about the nature of the state’s deregulated and decentralized electric grid. Unlike other states, Texas has made a conscious decision to isolate its grid from the rest of the country.

That means that when things are running smoothly, Texas can’t export excess power to neighboring states. And in the current crisis, it can’t import power either.

Internet: <www.cnn.com> (adapted).



01- About ideas stated in the text above and the words used in it, judge the following items.

Extremely cold temperatures in Texas created problems for the distribution of energy in the state.

Comentário:

Justificativa da banca:

O texto não deixa explícito que houve problemas de distribuição no Texas durante o período citado das habilidades de localização das pessoas.

Gabarito: Anulada

02- In the last paragraph of the text, “That” refers to the decision by Texas to isolate its energy grid from the rest of the country.

Comentário:

Aqui, na verdade, precisava-se ler os dois últimos parágrafos para se responder a essa questão, observe os trechos e suas traduções:

Trecho: *The energy crisis in Texas raises also questions about the nature of the state’s deregulated and decentralized electric grid. Unlike other states, Texas has made a conscious decision to isolate its grid from the rest of the country. That means that when things are running smoothly, Texas can’t export excess power to neighboring states. And in the current crisis, it can’t import power either.*

Tradução: A crise energética no Texas levanta também questões sobre a natureza da rede de transmissão elétrica desregulamentada e descentralizada do estado. Ao contrário de outros estados, o Texas tomou uma decisão consciente de isolar sua rede do resto do país. Isso significa que, quando as coisas estão indo bem, o Texas não pode exportar excesso de energia para estados vizinhos. E, na crise atual, também não pode importar energia. Está claro que o *that* refere-se ao “o isolamento da rede de transmissão elétrica do Texas do restante do país” mencionado antes.

Gabarito: Certo



03- Despite the cold temperatures, energy production in Texas continued unimpeded.

Comentário:

“A deep freeze this week in the Lonely Star state, which relies on electricity to heat many homes, is causing power demand to skyrocket. At the same time, natural gas, coal, wind and nuclear facilities in Texas have been knocked offline by the unthinkable low temperatures.”

“Um profundo congelamento esta semana no estado da Estrela Solitária, que depende da eletricidade para aquecer muitas casas, está fazendo com que a demanda de energia aumente bruscamente. Ao mesmo tempo, gás natural, carvão, instalações eólicas e nucleares no Texas foram desativadas pelas inimagináveis baixas temperaturas.”

O texto deixa claro que a produção de energia foi afetada, observe o primeiro parágrafo e sua tradução. Isso indica que teve impedimento, já que foram desativadas.

Gabarito: Errado

04- Changes in energy production in Texas are having an impact across the United States.

Comentário:

“The ripple effects are being felt around the nation as Texas’ prolific oil-and-gas industry stumbles.”

Os efeitos em cascata estão sendo sentidos em todo o país à medida que a prolífica indústria de petróleo e gás do Texas tropeça.

O segmento do texto acima concorda com a assertiva.

Gabarito: Certo



05- There are other states, like Florida, that produce energy on a level similar to that of Texas.

Comentário:

O texto deixa claro que o Texas produz duas vezes o montante de energia que a Flórida (a segunda colocada) produz, como o trecho a seguir comprova:

“It’s striking that these power outages are happening in a state with abundant energy resources. Texas produces more electricity than any other US state — generating almost twice as much as Florida, the next-closest, according to federal statistics.”

“É impressionante que essas quedas de energia estejam acontecendo em um estado com abundantes recursos energéticos. O Texas produz mais eletricidade do que qualquer outro estado dos EUA — gerando quase o dobro do que a Flórida, o próximo estado mais próximo, de acordo com estatísticas federais.”

Gabarito: Errado

06- There are places in the world where wind power works well in freezing temperatures.

Comentário:

No texto, afirma-se que o estado de Iowa e a Dinamarca são locais de temperaturas baixas e a energia eólica funciona bem, como o trecho a seguir comprova:

“Even though other places with colder weather (like Iowa and Denmark) rely on wind for even larger shares of power, experts said the turbines in Texas were not winterized for the unexpected freeze.”

Embora outros lugares com clima mais frio (como Iowa e Dinamarca) dependam do vento para uma parcela ainda maior de energia, especialistas disseram que as turbinas no Texas não foram preparadas para o frio inesperado.

Gabarito: Certo



07- In “Natural gas and coal-fired power plants need water to stay online. Yet those water facilities froze in the cold temperatures and others lost access to the electricity they require to operate”, it is possible to substitute “Yet” for Even so without changing the meaning of the sentence.

Comentário:

Em "usinas a carvão e gás natural precisam de água para se manter *on-line*. No entanto, essas instalações de água congelaram nas temperaturas frias e outras perderam acesso à eletricidade que necessitam para operar", é possível substituir "yet" (ainda assim) por "mesmo assim" sem alterar o significado da sentença.

Bom, observa-se pela tradução das duas expressões que elas são intercambiáveis.

Gabarito: Certo

08- The text points to the lack of wind as the primary cause for a dip in the production of wind energy during the period described

Comentário:

O texto aponta as temperaturas baixas como o problema principal, e não a falta de vento. Inclusive, é mencionado que as usinas eólicas foram desligadas por conta das temperaturas baixas. Isso fica claro nos trechos a seguir:

“That means its infrastructure is ill-prepared for the cold spell currently wreaking havoc. And the consequences are being felt by millions.

Critics of renewable energy have pointed out that wind turbines have frozen or needed to be shut down due to the extreme weather.”

“Isso significa que sua infraestrutura está mal preparada para a onda de frio que está causando estragos atualmente. E as consequências estão sendo sentidas por milhões de pessoas.

Críticos da energia renovável apontaram que as turbinas eólicas congelaram ou precisaram ser desligadas devido ao clima extremo.”

Gabarito: Errado



LÍNGUA ESPANHOLA

Una helada profunda esta semana en Texas, que depende de la electricidad para calentar muchos hogares, está provocando que la demanda de energía se dispare. Al mismo tiempo, las instalaciones de gas natural, carbón, eólicas y nucleares en Texas han quedado fuera de servicio debido a las impensables bajas temperaturas.

«El frío extremo está haciendo que todo el sistema se congele», dijo Jason Bordoff, director del Centro de Política Energética Global de la Universidad de Columbia. «Todas las fuentes de energía tienen un rendimiento bajo en el frío extremo porque no están diseñadas para manejar estas condiciones inusuales».

El efecto dominó se está sintiendo en todo el país a medida que la prolífica industria de petróleo y gas de Texas se tambalea.

Es sorprendente que estos cortes de energía estén ocurriendo en un estado con abundantes recursos energéticos.

Texas produce más electricidad que cualquier otro estado de Estados Unidos de América, generando casi el doble que Florida, el siguiente más cercano, según estadísticas federales.

La energía eólica también está en auge en Texas, que produjo alrededor del 28% de toda la electricidad eólica de Estados Unidos de América en 2019, dijo la EIA. Pero el problema es que Texas no solo es una superpotencia energética, sino que tiende a ser un estado de temperatura por encima del promedio. Eso significa que su infraestructura está mal preparada para la ola de frío que actualmente está causando estragos. Y las consecuencias las están sintiendo millones.

Los críticos de la energía renovable han señalado que las turbinas eólicas se han congelado o deben cerrarse debido al clima extremo.

Aunque otros lugares con clima más frío (como Iowa y Dinamarca) dependen del viento para obtener una proporción de energía aún mayor, los expertos dijeron que las turbinas en Texas no fueron acondicionadas para la helada inesperada.

Pero esto no se trata solo de que las turbinas eólicas dejen de funcionar. Las centrales eléctricas de gas natural y carbón necesitan agua para mantenerse en línea. Sin embargo, esas instalaciones de agua se congelaron con las bajas temperaturas y otras perdieron el acceso a la electricidad que necesitaban para funcionar.

Es demasiado pronto para decir definitivamente qué salió mal en Texas y cómo evitar cortes similares. Las autoridades estatales deberán proporcionar más información. A pesar de todo, algunos expertos dicen que las críticas a la energía eólica ya parecen exageradas. «En términos del juego de la culpa, el enfoque en el viento es una pista falsa. Es más un problema político que lo que está causando los problemas de energía en la red», dijo Dan Cohan, profesor asociado de Ingeniería Ambiental en la Universidad de Rice.

La crisis energética en Texas también plantea preguntas sobre la naturaleza de la red eléctrica desregulada y descentralizada del estado. A diferencia de otros estados, Texas ha tomado la decisión consciente de aislar su red del resto del país.

Eso significa que cuando las cosas van bien, Texas no puede exportar el exceso de energía a los estados vecinos. Y en la crisis actual, tampoco puede importar energía.

Internet: < cnnespanol.cnn.com > (con adaptaciones).



01 - Pese a las bajas temperaturas, la producción de energía consiguió funcionar normalmente en Texas.

Comentário:

O item afirma equivocadamente que “apesar das baixas temperaturas, a produção de energia conseguiu funcionar normalmente no Texas”. Por que está equivocado?

Porque o texto apresenta informação diferente do que alega o item.

O item informa que a produção de energia conseguiu funcionar normalmente, mas não foi isso que aconteceu. Vejamos isso no texto:

*«El frío extremo está haciendo que todo el sistema se congele», dijo Jason Bordoff, un exfuncionario de energía de la administración Obama y director del Centro de Política Energética Global de la Universidad de Columbia. «Todas las fuentes de energía tienen un **rendimiento bajo** en el frío extremo porque no están diseñadas para manejar estas condiciones inusuales». (grifos nossos)*

De acordo com o texto, as fontes de energia tiveram um **rendimento baixo**, ou seja, não funcionaram normalmente. Assim, se tiverem um rendimento baixo, funcionaram fora de sua normalidade.

Gabarito: Errado

02- Los cambios en la producción de energía en Texas repercuten en todo el territorio estadounidense.

Comentário:

O item afirma corretamente que “as mudanças na produção de energia no Texas repercutem em todo o território americano”.

O texto fala em efeito dominó em todo o país, ou seja, repercutiu em todo país. Vejamos isso no texto:

*«El frío extremo está haciendo que todo **el sistema se congele**», dijo Jason Bordoff, un exfuncionario de energía de la administración Obama y director del Centro de Política Energética Global de la Universidad de Columbia. «Todas las **fuentes de energía tienen un rendimiento bajo** en el frío extremo porque no están diseñadas para manejar estas condiciones inusuales». (grifos nossos)*



El efecto dominó se está sintiendo en todo el país a medida que la prolífica industria de petróleo y gas de Texas se tambalea. (grifos nossos)

De acordo com o texto: o frio fez com que o **sistema** (produção de energia) **congele**; o sistema tem um **rendimento baixo** (mudança na produção de energia); o **efeito dominó está sendo sentido em todo o país** (repercute em todo o território americano).

Gabarito: Certo

03 - El vocablo «Eso», en el último párrafo, alude a la decisión tomada por Texas de aislar su red energética del resto del país.

Comentário:

O item afirma corretamente que o vocábulo “eso”, no último parágrafo, alude à decisão tomada pelo Texas de isolar sua rede de energia do resto do país. Por que está correto?

Porque “eso” retoma o que foi mencionado anteriormente. Vejamos isso no texto:

*La crisis energética en Texas también plantea preguntas sobre la naturaleza de la red eléctrica desregulada y descentralizada del estado. A diferencia de otros estados, **Texas ha tomado la decisión consciente de aislar su red del resto del país.** (grifos nossos)*

***Eso** significa que cuando las cosas van bien, Texas no puede exportar el exceso de energía a los estados vecinos. Y en la crisis actual, tampoco puede importar energía. (grifo nosso)*

Como verificamos, o vocábulo “eso” retoma a informação de que o Texas tomou a decisão consciente de isolar sua rede do resto do país.



Comentário adicional

Na língua espanhola, os pronomes demonstrativos *ese*, *esa*, *esos*, *esas*, *eso* indicam algo que não está próximo a quem fala, mas também não está longe.



(fonte: Internet)

Esses pronomes também indicam algo que acaba de ser mencionado ou que vai ser mencionado. No caso desses pronomes, “*eso*” é um pronome neutro.

Gabarito: Certo

04 - La ausencia de viento es el principal motivo de la escasez de producción de energía eólica en Texas durante la época descrita.

Comentário:

O item afirma equivocadamente que “a ausência de vento é o principal motivo da escassez de produção de energia eólica no Texas durante a época descrita”. Por que está equivocado?

Porque o texto apresenta informação diferente do que alega o item.

Vejamos o texto:

Sin embargo, algunos expertos dicen que las críticas a la energía eólica ya parecen exageradas. «En términos del juego de la culpa, el enfoque en el viento es una pista falsa. Es más un problema político que lo que está causando los problemas de energía en la red», dijo Dan Cohan, profesor asociado de Ingeniería Ambiental en la Universidad de Rice.



De acordo com o texto, o motivo da escassez de produção de energia eólica no Texas durante a época descrita não é a falta de vento. Na verdade, isso seria um problema político.

Gabarito: Errado

05 - Algunos estados, como Florida, producen energía en una escala comparable a la de Texas.

Comentário:

O item afirma equivocadamente que “alguns estados, como Flórida, produzem energia em uma escala comparável à dos Texas”. Por que está equivocado?

Porque o texto apresenta informação diferente do que alega o item.

Vejamos o texto:

*Es sorprendente que estos cortes de energía estén ocurriendo en un estado con abundantes recursos energéticos. **Texas produce más electricidad que cualquier otro estado** de Estados Unidos, generando casi el **doblo que Florida**, el siguiente más cercano, según estadísticas federales. (grifos nossos)*

O texto informa que o Texas produz quase o dobro do que a Flórida. Logo, não temos uma escala comparável.

Gabarito: Errado



06 - Existen lugares en el mundo donde la energía eólica funciona bien a muy bajas temperaturas.

Comentário:

O item afirma corretamente que “existem lugares no mundo onde a energia eólica funciona bem a temperaturas muito baixas”.

Vejamos o texto:

Aunque otros lugares con clima más frío (como Iowa y Dinamarca) dependen del viento para obtener una proporción de energía aún mayor, los expertos dijeron que las turbinas en Texas no fueron acondicionadas para la helada inesperada. La protección contra el clima frío, como el anticongelante y los elementos calefactores dentro de las palas y componentes de la turbina, no se usan comúnmente en Texas.

Conforme o texto, Iowa e Dinamarca são lugares de climas mais frios (baixas temperaturas) nos quais, com o vento (energia eólica), obtém-se uma proporção ainda maior de energia.

Gabarito: Certo

07 - En «Las centrales eléctricas de gas natural y carbón necesitan agua para mantenerse en línea. Sin embargo, esas instalaciones de agua se congelaron con las bajas temperaturas y otras perdieron el acceso a la electricidad que necesitaban para funcionar», es posible reemplazar la locución «Sin embargo» por No obstante, sin alterar el significado del texto.

Comentário:

O item afirma corretamente que é possível substituir a locução “sin embargo” por “no obstante”, sem alterar o significado do texto.

As locuções “sin embargo” e “no obstante” são locuções conjuntivas adversativas que indicam alguma contradição ou incompatibilidade entre o que foi dito e o que se vai dizer. Na maioria dos casos, essas conjunções são utilizadas como sinônimos e as bancas têm criado várias questões ou itens versando sobre isso.

Essas locuções podem ser traduzidas para o português como: no entanto; entretanto; sem embargo.

Gabarito: Certo



08 - El frío extremo en Texas ocasionó problemas en la distribución de energía en ese estado.

Comentário:

A banca apresentou gabarito preliminar como CERTO para esse item. No entanto, indicamos em nossos comentários, durante a correção da prova pelo Estratégia, que o item deveria ser considerado ERRADO.

Depois do gabarito preliminar, apresentamos os argumentos adiante para interposição de recurso.

O item afirma categoricamente que “o frio extremo no Texas ocasionou problemas na distribuição de energia nesse estado”. (Notem a forma verbal “*ocasionó*”, que está no modo indicativo).

No entanto, com base no texto apresentado, essa afirmação não pode ser considerada totalmente verdadeira, já que o texto não menciona em nenhum momento que a “distribuição de energia” teve problemas. Assim, o item deve ser considerado ERRADO.

Por que o item deve ser considerado errado?

Vejamos, o texto é sobre eletricidade (energia elétrica). E, se podemos deduzir um problema com a energia elétrica dentro do texto, esse problema é de fornecimento (*suministro*), e não de distribuição (*distribución*).

Antes de entrar nos detalhes de um sistema elétrico, verificamos que o Dicionário da Real Academia Espanhola (rae.es) define assim as palavras “*distribución*” e “*suministro*”:

distribución = Reparto de un producto a los locales en que debe comercializarse.

suministro = Acción y efecto de suministrar.” “suministrar = Proveer a alguien de algo que necesita.

Portanto, de acordo com a Real Academia Espanhola, “*distribución*” é levar um produto aos locais de comercialização. E isso não é mencionado no texto. Ao contrário, podemos inferir do texto informações sobre o fornecimento de energia (cortes de energia).

Vejamos informações sobre um sistema elétrico.

Um sistema elétrico de um país é dividido em geração, transmissão, distribuição e comercialização. Em nenhum momento do texto há informação sobre problemas na distribuição de energia elétrica no Texas. O texto até faz referência à geração (produção de energia), mas não faz referência à distribuição.

O texto menciona instalações fora de serviço nesta parte: “*Al mismo tiempo, las instalaciones de gas natural, carbón, eólicas y nucleares en Texas han quedado fuera de servicio debido a las impensables bajas temperaturas*”).

No entanto, não se informa se essas instalações se referem à geração, transmissão, distribuição ou comercialização.

De acordo com os especialistas da área de energia elétrica a “geração pode ser centralizada – quando a energia é produzida em um local, por usinas de maior porte, e posteriormente transmitida e distribuída para o consumidor



por meio das redes de transmissão e de distribuição – ou distribuída – quando é produzida no centro de consumo ou próximo dele” (ver: <https://www.alemdaenergia.com.br/voce-sabe-como-funciona-o-setor-eletrico-no-brasil/>).

De acordo com especialistas da área, a geração é a produção de energia elétrica. A transmissão é levar a energia elétrica até as distribuidoras. A distribuição é levar a energia elétrica até empresas que fornecem energia para o consumidor final. A comercialização é a venda da energia elétrica ao consumidor final.

(ver NR-10 sobre Segurança de Instalações e Serviços de Eletricidade do Ministério da Economia: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/norma-regulamentadora-no-10-nr-10>)
(ver Manual de Auxílio à Interpretação da NR-10: https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/manuais-e-publicacoes/manual_de_auxilio_na_interpretacao_e_aplicacao_da_nr_10.pdf/view)

Além dessas informações, vários estudos demonstram que o sistema elétrico do Texas é composto de geração, transmissão, distribuição e comercialização. Isso é demonstrado em um estudo realizado, entre outros, pelos grupos de estudos do setor elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo, CPFL Energia. O estudo encontra-se neste *link*:

(<https://www.cpfl.com.br/energias-sustentaveis/inovacao/projetos/Documents/PB3002/caracteristicas-de-sistemas-eletricos-de-paises-selecionados.pdf>)

De acordo com o estudo, na página 392, no Texas a “distribuição inclui as linhas com voltagem inferior a 69KV e é representada pelas TDUs (*Transmission Delivery Utilities*), proprietárias dos ativos de transmissão regulados pela PUC. Quanto à comercialização, há atuação de diversos REPs (*Retail Electric Providers*), que estão proibidos por lei de possuírem plantas geradoras e devem comprar eletricidade no atacado para atender à demanda dos consumidores. Há 186 varejistas certificados e mais de 1.100 agentes no mercado elétrico do Texas”.

Como podemos verificar, no Texas, há um sistema de distribuição e um sistema de comercialização de energia elétrica. E, de acordo com as informações do texto, não se pode afirmar (com absoluta certeza) que o frio ocasionou problemas na distribuição de energia elétrica. Aliás, o texto até fala em cortes de energia, mas não especifica quem ou aquilo que provoca esses cortes de energia. Quem provocou os cortes foram as distribuidoras de energia elétrica? Quem provocou os cortes foram as empresas comercializadoras (fornecedoras) de energia elétrica?

É importante recordar que o texto apresentado na prova foi adaptado pela banca. O texto original (ver *link* abaixo) pode até mencionar ou dar a entender que ocorreu problemas com as distribuidoras de energia elétrica (distribuição de energia elétrica). No entanto, apenas pelo texto adaptado, não se pode considerar a afirmação do item 1 como correta.

Link para texto original: <https://cnnspanol.cnn.com/2021/02/17/texas-produce-mas-energia-que-cualquier-estado-apagon/>



Pelo exposto anteriormente, o gabarito preliminar da banca que considera o item como CERTO, deve ser modificado para ERRADO. Caso os examinadores considerem o texto do item confuso (misturou-se os conceitos de distribuição de energia e fornecimento de energia), o item deve ser anulado.

Gabarito: Anulada

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1A18-I

Nos Estados Unidos da América, no século XIX, a passagem da polícia do sistema de justiça para o de governo da cidade significou também a passagem da noção de caça aos criminosos para a prevenção dos crimes, em um deslocamento do ato para o ator. Como na Europa, a ênfase na prevenção teria representado nova atitude diante do controle social, com o desenvolvimento pela polícia de uma habilidade específica, a de explicar e prevenir o comportamento criminoso. Isso acabou redundando no foco nas “classes perigosas”, ou seja, em setores específicos da sociedade vistos como produtores de comportamento criminoso. Nesse processo, desenvolveram-se os vários campos de saber vinculados aos sistemas de justiça criminal, polícia e prisão, voltados para a identificação, para a explicação e para a prevenção do comportamento criminoso, agora visto como “desviante”, como a medicina legal, a psiquiatria e, especialmente, a criminologia.

Na Europa ocidental, as novas instituições estatais de vigilância deveriam controlar o exercício da força em sociedades em que os níveis de violência física nas relações interpessoais e do Estado com a sociedade estavam em declínio. De acordo com a difundida teoria do processo civilizador, de Norbert Elias, no Ocidente moderno, a agressividade, assim como outras emoções e prazeres, foi domada, “refinada” e “civilizada”. O autor estabelece um contraste entre a violência “franca e desinibida” do período medieval, que não excluía ninguém da vida social e era socialmente permitida e até certo ponto necessária, e o autocontrole e a moderação das emoções que acabaram por se impor na modernidade. A conversão do controle que se exercia por terceiros no autocontrole é relacionada à organização e à estabilização de Estados modernos, nos quais a monopolização da força física em órgãos centrais permitiu a criação de espaços pacificados. Em tais espaços, os indivíduos passaram a ser submetidos a regras e leis mais rigorosas, mas ficaram mais protegidos da irrupção da violência na sua vida, na medida em que as ameaças físicas tornaram-se despersonalizadas e monopolizadas por especialistas.

C. Mauch. Considerações sobre a história da polícia. In: MÉTIS: história & cultura, v. 6, n.º 11, jan./jun. 2007, p. 107-19 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto 1A18-I precedente, julgue os itens a seguir.



9 - A transferência da polícia do sistema de justiça para o governo da cidade marca o que pode ser considerado uma mudança de paradigma no que se refere ao papel da polícia na sociedade.

Comentário:

A transferência da polícia do sistema de justiça para o governo da cidade de fato marca uma alteração de paradigma significativa em relação ao papel da polícia na sociedade. Essa informação é compatível com o que o texto transmite em seu conteúdo.

Esse movimento indica uma transição de uma abordagem reativa de "caça aos criminosos" para uma postura mais proativa de prevenção de crimes, uma nova forma de agir e pensar.

Essa mudança não apenas reflete uma nova atitude em relação ao controle social, mas também a emergência de novos conhecimentos e práticas dentro do campo da aplicação da lei.

Desse modo, a ênfase passa a ser na prevenção de crimes antes que eles ocorram, deslocando o foco do ato criminoso para o potencial criminoso.

Gabarito: Certo

10 - Seriam mantidos a correção gramatical e os sentidos do texto caso o segundo período do primeiro parágrafo fosse reescrito da seguinte maneira: Porque nos países europeus houve empenho em prevenir crimes, o que representou nova atitude de controle social, o resultado foi o desenvolvimento de uma habilidade específica pelas autoridades policiais: a de explicar e prevenir o crime.

Comentário:

Família, essa questão exige conhecimento da técnica da paráfrase, ou reescritura de segmentos textuais. Nesse tipo de questão, é fundamental ter ciência sobre o que o enunciado está solicitando. Observe que ele forneceu uma nova versão do texto e afirmou que a **correção** e o **sentido** seriam mantidos. Em questões do Cebraspe, sempre analise primeiro a correção gramatical, para depois observar o sentido original.

Vamos analisar o segmento textual em questão:



Porque nos países europeus houve empenho em prevenir crimes, o que representou nova atitude de controle social, o resultado foi o desenvolvimento de uma habilidade específica pelas autoridades policiais: a de explicar e prevenir o crime.

A primeira observação a ser feita é a troca do conectivo 'como' pelo conectivo 'porque'. Há um problema aí. A única possibilidade de se empregar o conectivo 'porque' no lugar do conectivo 'como' seria no caso de este apresentar valor CAUSAL. Contudo, o conectivo 'como', no texto, foi utilizado com valor COMPARATIVO. Nesse caso, pensando na manutenção do sentido, o conectivo 'como' somente poderia ser substituído por 'tal qual'.

Um segundo aspecto a ser observado é o fato de que, para a maioria dos gramáticos, a expressão 'nos países europeus' deveria estar isolada por vírgulas, por se tratar de uma expressão adverbial **deslocada** de grande extensão (é considerada de grande extensão uma expressão adverbial de três ou mais palavras).

Devido a esses aspectos semânticos e sintáticos, a reescritura não é adequada.

Gabarito: Errado

11 - Inferir-se da leitura do primeiro parágrafo do texto que o desenvolvimento de áreas científicas ligadas à justiça criminal no século XIX está associado a visões preconceituosas sobre certos grupos de indivíduos.

Comentário:

Das informações do primeiro parágrafo, de fato, pode-se inferir que o desenvolvimento de áreas científicas ligadas à justiça criminal no século XIX está associado a visões preconceituosas sobre certos grupos de indivíduos. O texto menciona que a ênfase na prevenção do crime levou ao foco nas "classes perigosas", ou seja, setores específicos da sociedade vistos como produtores de comportamento criminoso. Isso faz com que se supere o conceito de estabelecer o "biotipo" do suspeito.

O desenvolvimento de disciplinas como a medicina legal, a psiquiatria e a criminologia, todas voltadas para a identificação, explicação e prevenção do comportamento criminoso, também sugere uma tentativa de cientificamente justificar e sistematizar essas visões preconceituosas.

Gabarito: Certo



12- Um dos traços característicos da modernidade, segundo Norbert Elias, é a renúncia de certas emoções e de certos prazeres pelos indivíduos, que, em compensação, passaram a ser protegidos da violência devido à atuação do Estado.

Comentário:

O item está correto e compatível com o que é colocado no texto. Norbert Elias argumenta que, no Ocidente moderno, a agressividade e outras emoções foram **domadas**, **refinadas** e **civilizadas**, resultando em maior autocontrole e moderação das emoções. Submetidos a leis mais rigorosas, os cidadãos de fato puderam se sentir mais protegidos pela força estatal.

Gabarito: Certo

13- Depreende-se do segundo parágrafo do texto que a violência na era medieval era comum e socialmente aceita.

Comentário:

Em contraste com a modernidade, fase em que a agressividade foi domada e refinada, o texto menciona que, de acordo com a teoria do processo civilizador de Norbert Elias, a violência nesse período era 'franca e desinibida' e fazia parte da vida social, sendo socialmente permitida e até necessária em certos contextos.

Gabarito: Certo

14- Conclui-se do texto que o monopólio da violência legítima pelo Estado deve-se à necessidade de reação aos índices insustentáveis de violência física entre os indivíduos.

Comentário:

O item está incorreto, pois o monopólio citado no enunciado não se deveu exclusivamente à necessidade de reação aos índices de violência. Isso ocorreu também devido a uma necessidade mais ampla de controle social baseada no conceito de civilização.



O texto menciona que, no surgimento de novas instituições estatais de vigilância, os índices de violência estavam em declínio. Portanto, o monopólio da violência pelo Estado foi um componente do processo civilizador que envolveu a transformação das normas sociais e emocionais, além da simples reação à violência existente.

Gabarito: Errado

Considerando os sentidos e os aspectos linguísticos do texto 1A18-I, julgue os itens que se seguem.

15 - O pronome “Isso”, que introduz o terceiro período do primeiro parágrafo do texto, poderia ser corretamente substituído por O que.

Comentário:

Para entender com exatidão o que a troca sugerida pelo comando da questão provoca, é preciso proceder à comparação das duas expressões em questão.

Como na Europa, a ênfase na prevenção teria representado nova atitude diante do controle social, com o desenvolvimento pela polícia de uma habilidade específica, a de explicar e prevenir o comportamento criminoso. Isso acabou redundando no foco nas “classes perigosas”, ou seja, em setores específicos da sociedade vistos como produtores de comportamento criminoso.

Observe que, no contexto em questão, o pronome ‘isso’, com papel anafórico, retoma a ideia expressa no período anterior: a mudança de paradigma em relação à ênfase por parte das autoridades de segurança. A proposta da banca seria substituir o pronome demonstrativo ‘isso’, pela forma ‘o que’.

O grande problema nessa troca é o fato de que o termo ‘isso’ está introduzindo um período novo. A expressão ‘o que’ introduz necessariamente uma expressão subordinada à outra. Nesse caso, iniciando um período, tal expressão somente estaria correta se estivesse antecipando alguma outra oração principal. Quando, na verdade, o ‘isso’ faz referência a um elemento anterior.

Para não perder a referência anafórica que havia nessa oração, o correto seria empregar ‘prevenir o comportamento criminoso, o que acabou redundando no foco’.

Gabarito: Errado



16- Infere-se do segundo parágrafo do texto que a agressividade humana passou por um processo de transformação gradativo de perda de aspectos primitivos e animais.

Comentário:

O texto menciona que, segundo a teoria do processo civilizador de Norbert Elias, a agressividade, assim como outras emoções e prazeres, foi "domada", "refinada" e "civilizada" na modernidade ocidental. Isso remete exatamente ao que o enunciado chama de 'processo de transformação gradativo', em que, devido à ideia de 'domar', 'refinar' e 'civilizar', de fato, esvaem-se os aspectos primitivos e animais.

Gabarito: Certo

17- O emprego do vocábulo "irrupção", no último período do texto, indica que a violência atingia os indivíduos de forma súbita.

Comentário:

O termo "irrupção" implica uma entrada ou manifestação repentina e abrupta. Portanto, ao afirmar que os indivíduos ficaram mais protegidos da "irrupção da violência" em suas vidas, o texto sugere que, anteriormente, a violência poderia ocorrer de maneira inesperada, afetando subitamente a vida das pessoas.

Gabarito: Certo

18- Mantém-se a correção gramatical do trecho "o autocontrole e a moderação das emoções que acabaram por se impor na modernidade", do texto, caso a forma verbal "impor" seja flexionada no plural imporem.

Comentário:

A expressão 'acabaram por se impor' é uma locução verbal com preposição posicionada no meio. O verbo 'impor' é o verbo principal. O verbo 'acabar' é o verbo auxiliar. Em locuções verbais, é o verbo auxiliar que apresenta a flexão em concordância com o núcleo de seu sujeito.



Observe os exemplos abaixo.

1. Eles podem ir. (Frase correta!)
2. Eles podem irem. (Frase incorreta!)
3. Os alunos acabaram de sair. (Frase correta!)
4. Os alunos acabaram de saírem. (Frase incorreta!)

No português, quando se usa a estrutura "acabar de" seguida de um verbo, o verbo deve estar no infinitivo impessoal (não conjugado).

Por isso, a única versão correta da frase é:

O autocontrole e a moderação das emoções que acabaram por se **impor**.

Gabarito: Errado

19- A correção gramatical do último período do texto seria mantida, embora seu sentido original fosse prejudicado, se a locução “na medida em que” fosse substituída por à medida que e a vírgula empregada logo após “vida” fosse suprimida.

Comentário:

Uma questão boa, bastante perigosa, que cobrou dois assuntos bastante relevantes: o emprego correto de conectivos e o emprego de vírgula.

Em primeiro lugar, vale a pena tecer o comentário pertinente ao valor semântico do conectivo ‘à medida que’, proposto pela banca em relação à substituição. Ele tem valor proporcional e introduz oração subordinada adverbial. Já o conectivo ‘na medida em que’, que também introduz oração subordinada adverbial, tem valor causal. O problema é que quase ninguém usa tal conjunção. Por isso, quando cai em provas, a dúvida estabelece-se.

O enunciado também apresenta uma grande maldade: ele fala sobre MANTER a correção, embora o sentido seja prejudicado. É isso que você precisará julgar! A troca dos conectivos proposta é correta, mas modifica o sentido? Resposta: sim!

Primeiro, vamos analisar a questão da conjunção, para – depois – analisar a vírgula.

A proposta de troca feita pela banca envolve um conectivo proporcional ‘à medida que’ sendo empregado no lugar de um causal ‘na medida em que’. Essa troca, naturalmente, altera o sentido. Além disso, é importante



ressaltar que não ocorre qualquer tipo de incorreção gramatical com essa substituição. Mantém-se a correção, mas altera-se o sentido. Até aí, o item fala a verdade.

O segundo aspecto a ser analisado é o emprego da vírgula.

A regra a ser observada na presente questão é a que trata do emprego da vírgula em orações subordinadas adverbiais. Observe, nesse tipo de questão, sempre o seguinte:

1. A oração subordinada adverbial está no final do período, ou seja, na ordem direta? Se sim, a vírgula é opcional.
2. A oração subordinada adverbial está deslocada em relação à ordem? Se sim, a vírgula é obrigatória.

Vamos à oração e ao contexto a ser analisado:

Em tais espaços, os indivíduos passaram a ser submetidos a regras e leis mais rigorosas, mas ficaram mais protegidos da irrupção da violência na sua vida, na medida em que as ameaças físicas tornaram-se despersonalizadas e monopolizadas por especialistas.

Observe que a oração subordinada adverbial causal está posicionada NO FINAL do período, ou seja, na ordem direta. Nesse caso, o emprego da vírgula é **facultativo**.

Finalizando o gabarito:

1. O emprego da vírgula é opcional. O item fala isso, pois ele propõe a retirada da vírgula.
2. A troca de 'na medida em que' por 'à medida que' mantém a correção, mas altera o sentido.

Item correto!

Gabarito: Certo

20- O trecho "A conversão do controle que se exercia por terceiros no autocontrole é relacionada à organização e à estabilização de Estados modernos" poderia ser reescrito da seguinte forma, sem prejuízo para os sentidos e para a correção gramatical do texto: Converter o controle efetuado por terceiros a autocontrole concatena a organização e estabilização dos Estados do mundo moderno:

Comentário:

Nessa questão de reescrita, falou-se que a correção gramatical e o sentido original seriam preservados com a proposta feita pela banca.



A frase original:

A conversão do controle que se exercia por terceiros no autocontrole é relacionada à organização e à estabilização de Estados modernos.

A versão proposta:

Converter o controle efetuado por terceiros a autocontrole concatena a organização e estabilização dos Estados do mundo moderno.

1º aspecto: gramatical. A nova versão apresenta um deslize em relação à regência do verbo ‘converter’.

O verbo ‘converter’ é transitivo direto e indireto. Quem converte, converte algo EM alguma coisa. A preposição ‘a’, nesse caso, foi mal empregada.

O correto, então, seria: *converter o controle efetuado por terceiros EM autocontrole...*

2º aspecto: o sentido original. Ocorre mudança de sentido.

No trecho original, é dito que a conversão do controle é relacionada. Na nova versão, a expressão ‘é relacionada’ é substituída por ‘concatena’. Isso modifica o sentido original da frase.

Pelos motivos acima expostos, o item está errado.

Gabarito: Errado

21- A coerência e os sentidos do texto seriam mantidos caso fosse suprimido o artigo “os”, no trecho “desenvolveram-se os vários campos de saber”, no último período do primeiro parágrafo.

Comentário:

O item está incorreto por causa do que é dito no comando da questão. Não somente o novo trecho precisaria manter a coerência do texto original, mas também o MESMO sentido. Daí a incorreção do item. A retirada do artigo modifica o sentido original.

O uso do artigo definido particulariza o sentido do termo ‘campos do saber’. A sua retirada faz com que o sentido dessa expressão passe a ser genérico: *desenvolveram-se vários campos de saber*. Isso altera o sentido original do texto em questão. Por esse motivo, o item está errado.

Gabarito: Errado



Considerando as disposições do Manual de Redação da Presidência da República (MRPR) acerca da redação oficial, julgue os itens a seguir.

22- Entre as características da redação oficial incluem-se a objetividade, a impessoalidade e a informatividade.

Comentário:

O erro da questão está no emprego do termo 'informatividade'. Eis os termos pelos quais a Redação Oficial deve caracterizar-se:

- clareza e precisão;
- objetividade;
- concisão;
- coesão e coerência;
- impessoalidade;
- formalidade e padronização;
- uso da norma padrão.

Como o termo 'informatividade' não consta do MRPR, o item está incorreto.

Gabarito: Errado

23- Na identificação do signatário de uma comunicação oficial destinada a uma pessoa do sexo feminino, dispensa-se flexão de gênero no nome do cargo.

Comentário:

A utilização de variação de gênero para cargos públicos, exceto para as patentes militares, deve ser observada. Portanto, o cargo ocupado por pessoa do sexo feminino deve ser flexionado no gênero feminino.

Gabarito: Errado



24- O vocativo, nas comunicações oficiais, deverá ser sempre seguido de vírgula.

Comentário:

Não só nas comunicações oficiais, mas em qualquer oração, segundo a norma padrão da língua portuguesa, o vocativo precisa ser isolado por vírgula, por se tratar de um chamamento, de uma interpelação textual.

Gabarito: Certo

25- De acordo com a legislação vigente, o e-mail institucional tem valor documental e, por isso, deve ser aceito como documento original.

Comentário:

O item está incorreto, pois apenas os e-mails institucionais que possuem certificação digital do remetente são considerados documentos originais. A certificação digital garante a autenticidade, integridade e validade jurídica do documento eletrônico, assegurando que o e-mail não foi alterado e que realmente foi enviado pelo remetente indicado.

Gabarito: Errado

26- O assunto das comunicações oficiais deve apresentar de forma geral o que será tratado no documento e seu formato deve seguir as orientações do MRPR, conforme o exemplo a seguir.

Assunto: Realização de concurso público.

Comentário:

O item está certo, conforme orienta o Manual da Presidência:

O assunto deve dar uma ideia geral do que trata o documento, de forma sucinta. Ele deve ser grafado da seguinte maneira:



- a) título: **a palavra Assunto deve anteceder a frase** que define o conteúdo do documento, **seguida de dois-pontos**;
- b) descrição do assunto: a frase que descreve o conteúdo do documento deve ser escrita com **inicial maiúscula**, não se devem utilizar verbos e sugere-se utilizar de quatro a cinco palavras;
- c) destaque: todo o texto referente ao assunto, inclusive o título, **deve ser destacado em negrito**;
- d) pontuação: **coloca-se ponto-final depois do assunto**.

Gabarito: Certo

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Foi modelado que o espalhamento de uma notícia em uma população — entendido como o percentual de indivíduos dessa população que recebe essa notícia por unidade de tempo — é diretamente proporcional ao percentual de indivíduos da população que já conhecem a notícia multiplicado pelo percentual de indivíduos dessa população que ainda não a conhecem até aquele instante. A constante k de proporcionalidade depende, entre outros fatores, do impacto da notícia na vida dos envolvidos e de propriedades dos meios de comunicação disponíveis.

Tendo como base essas informações e considerando que, para certa notícia, $k = 1$, julgue o item seguinte.

27- Se, em determinado instante, 30% da população já conhece a notícia, então, nesse instante, o seu espalhamento estaria em patamar superior a 20% por unidade de tempo.

Comentário:

Para julgar o item, precisamos entender como o espalhamento da notícia é modelado matematicamente.

De acordo com a descrição, o espalhamento da notícia, E , é proporcional ao produto do percentual de indivíduos que já conhecem a notícia (P) pelo percentual de indivíduos que ainda não a conhecem ($1 - P$). Isso pode ser expresso pela seguinte equação:

$$E = kP(1 - P)$$

Em que:

- E é o espalhamento da notícia (percentual de indivíduos que recebem a notícia por unidade de tempo).
- k é a constante de proporcionalidade.
- P é o percentual da população que já conhece a notícia.
- $(1 - P)$ é o percentual da população que ainda não conhece a notícia.



Dado que $k = 1$, a equação simplifica-se para:

$$E = P(1 - P)$$

No momento em que 30% da população já conhece a notícia, $P = 0,30$. Substituindo na equação:

$$E = P(1 - P)$$

$$E = 0,3(1 - 0,3)$$

$$E = 0,3 \times 0,7$$

$$E = 0,21 = 21\%$$

Portanto, o espalhamento da notícia é de 21% por unidade de tempo quando 30% da população já conhece a notícia.

Dado que 21% é superior a 20%, a afirmação "se, em determinado instante, 30% da população já conhece a notícia, então, nesse instante, o seu espalhamento estaria em patamar superior a 20% por unidade de tempo" é **correta**.

Gabarito: Certo

28- Se, em determinado instante, o espalhamento de uma notícia é igual a 16% por unidade de tempo, então, nesse instante, mais de 75% da população ainda desconhece a notícia.

Comentário:

Para julgar o item, precisamos usar a mesma equação que modela o espalhamento da notícia:

$$E = kP(1 - P)$$

Dado que $K = 1$, a equação simplifica-se para:

$$E = P(1 - P)$$

Queremos saber se, quando o espalhamento é de 16% por unidade de tempo ($E = 16\% = 0,16$), mais de 75% da população ainda desconhece a notícia. Em termos matemáticos, queremos verificar se $1 - P > 0,75$ ou $P < 0,25$.

Substituindo $E = 0,16$ na equação:



$$E = P(1 - P)$$

$$0,16 = P(1 - P)$$

$$0,16 = P - P^2$$

$$P^2 - P + 0,16$$

Para resolver essa equação quadrática, usamos a fórmula quadrática:

$$P = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$

Em que $a = 1$, $b = -1$ e $c = 0,16$. Substituindo na equação:

$$P = \frac{-(-1) \pm \sqrt{(-1)^2 - 4 \cdot 1 \cdot 0,16}}{2 \cdot 1}$$

$$P = \frac{1 \pm \sqrt{1 - 0,64}}{2}$$

$$P = \frac{1 \pm \sqrt{0,36}}{2}$$

$$P = \frac{1 \pm 0,6}{2}$$

Isso nos dá duas soluções:

$$P = \frac{1 + 0,6}{2} = 0,8$$

$$P = \frac{1 - 0,6}{2} = 0,2$$

Portanto, P pode ser 0,2 (20%) ou 0,8 (80%). Isso significa que:

- Se $P = 0,2$, então 80% da população ainda desconhece a notícia.
- Se $P = 0,8$, então 20% da população ainda desconhece a notícia.

A questão afirma que "mais de 75% da população ainda desconhece a notícia". Isso ocorre quando Para que mais de 75% da população ainda desconheça a notícia, deve ser menor do que 0,25. Em nosso caso, uma das soluções é No entanto, a outra solução é , o que não atende à condição estabelecida na questão.

Portanto, considerando que temos duas possíveis soluções e uma delas não atende à condição da questão, a afirmação "ae, em determinado instante, o espalhamento de uma notícia é igual a 16% por unidade de tempo, então, nesse instante, mais de 75% da população ainda desconhece a notícia" é falsa, pois há uma situação em que menos de 75% da população ainda desconhece a notícia.

Gabarito: Errado



29- De acordo com a modelagem realizada, é possível que, em determinado instante, o espalhamento da notícia seja superior a 50% por unidade de tempo.

Comentário:

Para julgar o item, precisamos usar a mesma equação que modela o espalhamento da notícia:

$$E = kP(1 - P)$$

Dado que $k = 1$, a equação simplifica-se para:

$$E = P(1 - P)$$

$$E = P - P^2$$

Essa é uma função quadrática da forma $f(P) = -P^2 + P$ que tem concavidade voltada para baixo, pois o coeficiente de P^2 é negativo. Podemos encontrar o valor de P que maximiza essa função, usando o vértice da parábola, que é dado por:

$$X_v = \frac{-b}{2a}$$

Para a função $E = P - P^2$, $a = -1$ e $b = 1$. Então:

$$X_v = \frac{-1}{2 \cdot (-1)}$$

$$X_v = 0,5$$

O valor de P no vértice é 0,5. Para encontrar o valor máximo da função, substituímos $P = 0,5$ e determinamos o valor máximo de E :

$$E = P - P^2$$

$$E = 0,5 - 0,5^2$$

$$E = 0,5 - 0,25$$

$$E = 0,25$$

Portanto, o valor máximo do espalhamento é 0,25 (ou 25%) por unidade de tempo. Assim, concluímos que o espalhamento máximo é de 25%. Como não se pode obter um espalhamento superior a 50%, a afirmação "é possível que, em determinado instante, o espalhamento da notícia seja superior a 50% por unidade de tempo" é **falsa**.

Gabarito: Errado



30 - O espalhamento de uma notícia será tanto maior quanto maior for o número de pessoas que dela tiverem tomado conhecimento.

Comentário:

Para analisar essa afirmação, vamos revisar a equação que modela o espalhamento da notícia:

$$E = P(1 - P)$$

Aqui, P é o percentual da população que já conhece a notícia, e E é a taxa de espalhamento da notícia.

Essa função é uma parábola invertida, o que significa que o espalhamento E não aumenta continuamente com o aumento de P . Em vez disso, ele atinge um valor máximo em algum ponto e depois diminui. Portanto, a afirmação "o espalhamento de uma notícia será tanto maior quanto maior for o número de pessoas que dela tiverem tomado conhecimento" é **falsa**. O espalhamento não aumenta continuamente com o número de pessoas que conhecem a notícia; ele atinge um máximo quando metade da população conhece a notícia e diminui a partir daí.

Gabarito: Errado

Em uma operação da PRF, foram fiscalizados: 20 veículos automotores até o fim da primeira hora; 60 veículos automotores até o fim da segunda hora; 120 veículos automotores até o fim da terceira hora; 200 veículos automotores até o fim da quarta hora; e 300 veículos automotores até o fim da quinta hora. O padrão numérico observado manteve-se até o fim da décima hora, quando, então, foi finalizada a operação.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte.

31 - Considere que $\{q_n\}$, para n variando de 1 a 10, seja a sequência numérica formada pelas quantidades de veículos fiscalizados apenas no decorrer da n -ésima hora de realização da operação, ou seja, q_1 é a quantidade de veículos fiscalizados apenas no decorrer da primeira hora de realização da operação; q_2 é a quantidade de veículos fiscalizados apenas no decorrer da segunda hora de realização da operação; e assim por diante. Nessa situação, a sequência $\{q_n\}$, para n variando de 1 a 10, é uma progressão aritmética.



Comentário:

Veículos fiscalizados:

- Até o fim da 1ª hora: 20.
- Até o fim da 2ª hora: 60 (40 apenas na segunda hora).
- Até o fim da 3ª hora: 120 (60 apenas na terceira hora).
- Até o fim da 4ª hora: 200 (80 apenas na quarta hora).
- Até o fim da 5ª hora: 300 (100 apenas na quinta hora).

A cada hora que passa, **20 veículos são fiscalizados a mais do que na hora anterior**. A sequência que o enunciado pede é formada pelas quantidades de veículos fiscalizados **apenas naquela hora específica**. Esse "apenas" é muito importante, pois muitos alunos podem achar que a sequência pedida é . No entanto, queremos apenas a quantidade de veículos fiscalizados **naquela hora**, resultando na seguinte sequência:

Lembre-se de que uma progressão aritmética é uma sequência em que a diferença entre dois termos consecutivos **será sempre uma constante (que chamamos de razão)**. Assim, perceba que **a diferença entre quaisquer dois termos consecutivos da sequência acima é 20**, indicando que a sequência realmente é uma progressão aritmética conforme afirma o item.

Gabarito: Certo

32- Mais de 550 veículos terão sido fiscalizados até o fim da sétima hora de realização da operação.

Comentário:

Para determinar se mais de 550 veículos terão sido fiscalizados até o fim da sétima hora de realização da operação, vamos calcular o total de veículos fiscalizados até a sétima hora utilizando a sequência encontrada:

{20, 40, 60, 80, 100, 120, 140, 160, 180, 200}

A quantidade de veículos fiscalizados a cada hora q_n , é uma progressão aritmética com o primeiro termo $a_1 = 20$ e razão $r = 20$.

Os termos até a sétima hora são: 20, 40, 60, 80, 100, 120, e 140. Para encontrar o total de veículos fiscalizados até a sétima hora, somamos esses termos:

$$\text{Total} = 20 + 40 + 60 + 80 + 100 + 120 + 140 = 560$$



Podemos, ainda, utilizar a fórmula da soma dos primeiros n termos de uma progressão aritmética:

$$S_n = \frac{n}{2}(a_1 + a_n)$$

Em que:

- n é o número de termos.
- a_1 é o primeiro termo.
- a_n é o enésimo termo.

Para $n = 7$:

$$S_n = \frac{n}{2}(a_1 + a_n)$$

$$S_7 = \frac{7}{2}(20 + 140)$$

$$S_7 = \frac{7}{2}(20 + 140)$$

$$S_7 = 560$$

Portanto, até o fim da sétima hora, 560 veículos terão sido fiscalizados. A afirmação "mais de 550 veículos terão sido fiscalizados até o fim da sétima hora de realização da operação" é certa.

Gabarito: Certo.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

No que se refere a Internet, *intranet* e noções do sistema operacional Windows, julgue o item que se segue.

33- Embora as versões mais atuais do Mozilla Firefox e do Google Chrome permitam salvar e sincronizar senhas para realizar, posteriormente, *login* automático em formulários de sítios da Internet, essa ação somente será possível se os sítios em questão estiverem disponibilizados em uma *intranet* e utilizarem o protocolo HTTPS.

Comentário:

Isso não faz nenhum sentido – essa ação será possível independentemente de os sítios estarem disponibilizados em uma intranet ou de utilizarem HTTPS! Para salvar e sincronizar senhas, é completamente irrelevante se um sítio está disponibilizado em uma rede privada (intranet) ou em uma rede pública (internet); assim como é completamente irrelevante se um sítio utiliza HTTP ou HTTPS (Errado).

Gabarito: Errado

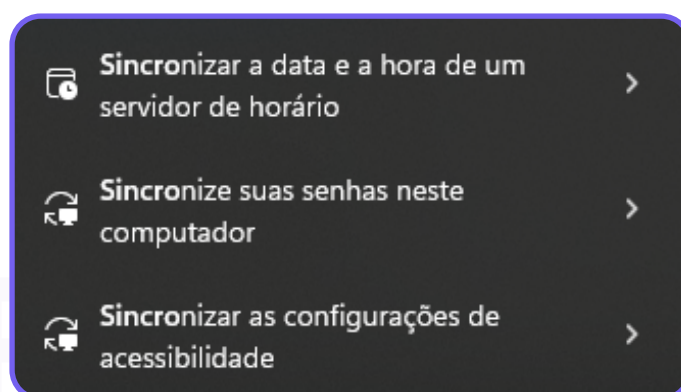


34- No Windows, ainda que seja possível compartilhar configurações — como plano de fundo e histórico de navegação do Internet Explorer — entre computadores que utilizem a mesma conta em outras máquinas com Windows 10, não é permitido, em razão da segurança, o compartilhamento de senhas.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Windows 10.

É possível, sim, o compartilhamento de senhas por meio da sincronização:



Apesar de ser permitido o compartilhamento de senhas, não é o recomendável, por questões de segurança.

Gabarito: Errado

35- Caso sejam digitados os termos descritos a seguir na ferramenta de busca do Google, serão pesquisadas publicações que contenham os termos “PRF” e “campanha” na rede social Twitter.

campanha PRF @twitter

Comentário:

Perfeito... o operador de busca @ (arroba) permite realizar buscas em redes sociais – no caso, trata-se do Twitter. Claro que o ideal para fazer buscas em alguma rede social específica seria utilizar o operador site:twitter.com. No entanto, notem que a questão afirma que essa pesquisa pesquisará publicações que contenham determinados termos no Twitter – e isso é verdadeiro! Serão pesquisadas publicações em todas as redes sociais, inclusive no Twitter.



A minha honesta opinião é a de que o examinador quis perguntar uma coisa, mas deu sorte e o item se manteve correto ainda assim. Lembrando que @twitter faria pesquisa em qualquer rede social, inclusive – por exemplo – www.instagram.com/twitter.

Gabarito: Certo

36- A Internet das coisas (IoT) aumenta a quantidade e a complexidade dos dados por meio de novas formas e novas fontes de informações, influenciando diretamente em uma ou mais das características do big data, a exemplo de volume, velocidade e variedade.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Internet das Coisas (IoT).

A Internet das Coisas (IoT) é um conceito fascinante e complexo. Imagine que temos diversos dispositivos a nosso redor - como sensores de temperatura, câmeras de segurança, dispositivos vestíveis como *smartwatches* - todos conectados à internet e trocando dados constantemente. Essa conectividade e troca contínua de dados são fundamentais para o entendimento da influência da IoT no *big data*.

Dessa forma, imperioso faz-se detalhar como a IoT impacta as três principais características do *big data*: volume, velocidade e variedade.

→ Volume:

- Pense na quantidade de dados que um único sensor de temperatura gera ao registrar a temperatura de um ambiente a cada segundo. Agora, imagine milhares desses sensores operando ao mesmo tempo em diferentes lugares do mundo. Isso gera uma quantidade enorme de dados. Portanto, a IoT aumenta significativamente o volume de dados disponíveis.

→ Velocidade:

- A velocidade refere-se à rapidez com que os dados são gerados e precisam ser processados. Dispositivos IoT muitas vezes transmitem dados em tempo real. Por exemplo, câmeras de segurança enviam vídeos continuamente para serem analisados instantaneamente. Essa necessidade de processar dados rapidamente aumenta a velocidade no contexto do *big data*.



→ Variedade:

- A variedade diz respeito aos diferentes tipos de dados que são gerados. Os dispositivos IoT não geram apenas um tipo de dado. Eles produzem uma vasta gama de dados, como leituras de sensores (temperatura, umidade), dados de localização, imagens, vídeos e até mesmo dados de saúde a partir de dispositivos vestíveis. Isso adiciona uma grande diversidade ao conjunto de dados, aumentando, assim, a variedade.

Portanto, podemos concluir que a Internet das Coisas realmente aumenta tanto a quantidade (volume) quanto a complexidade (variedade) dos dados e a velocidade com que esses dados são gerados e processados, e nosso gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo

A respeito de segurança e de cloud computing, julgue o item subsequente.

37- Ransomware é um programa malicioso de computador que se propaga por meio da inserção de cópias de si mesmo em arquivos criptografados.

Comentário:

Propagação por meio da inserção de cópias de si mesmo em arquivos é uma característica de vírus e, não, de *ransomwares* – esses se propagam principalmente por meio de *e-mails* com o código malicioso em anexo ou que induzam o usuário a seguir um *link*; ou por meio da exploração de vulnerabilidades em sistemas que não tenham recebido as devidas atualizações de segurança. Além disso, eles não se inserem em arquivos (previamente) criptografados – eles criptografam arquivos de dados.

Gabarito: Errado

38- Identifica-se Software como Serviço (SaaS) quando um provedor de serviços oferece acesso a um ambiente baseado em cloud, no qual os usuários podem construir e disponibilizar aplicativos.



Comentário:

A construção e disponibilização de aplicativos – por meio de ferramentas de desenvolvimento – são características típicas da plataforma como serviço (PaaS), e não do *software* como serviço (SaaS).

Gabarito: Errado

39- A respeito de segurança e de cloud computing, julgue o item subsequente.

O firewall da próxima geração (NGFW) dispõe, em um mesmo equipamento, de recursos como IDS (intrusion detection system), IPS (intrusion prevention system) e antivírus.

Comentário:

Sabe quantas vezes já caiu NGFW em provas anteriores? Duas! E pior: esse é um tipo de *firewall* pouquíssimo documentado em bibliografias consagradas, logo nós temos que nos basear no que existe de informação na internet. NGFW é uma tecnologia extremamente parecida com UTM (*Unified Threat Management*) no sentido de que congrega em uma única ferramenta diversos mecanismos de proteção e segurança. Ele baseia-se no conceito de *Deep Packet Inspection* (DPI), que permite inspecionar a carga útil dos pacotes de dados até a camada de aplicação. Na prática, ambas as tecnologias são idênticas – elas reúnem recursos como IPS, IDS, *Firewall*, *Filtro Web*, *Antispam*, *Antimalware*, etc. O lance é que há fontes que afirmam que NGFW oferece recursos de *antimalware*/antivírus e há fontes que afirmam o contrário. Como não temos uma bibliografia consagrada para consultar, adivinhe só: o que a banca afirmar virará nossa jurisprudência daqui em diante. Sendo bem honesto: eu acho que erraria essa questão na hora da prova. Por que? Porque eu acho que *antimalware*/antivírus faz parte do NGFW, mas eu acredito que o gabarito preliminar da banca poderá vir como errado. Veremos assim que sair, mas pode ter certeza que vai chover recursos, independentemente do gabarito.

Gabarito: Correto

Gabarito dado pela banca: ANULADA

Justificativa da banca:

A redação do item possibilita a interpretação de que o antivírus é próprio da arquitetura de um NGFW, e não opcional, razão por que se prejudicou seu julgamento objetivo.



FÍSICA

Um projétil foi lançado obliquamente em relação ao solo em um local onde a aceleração da gravidade é constante e a resistência do ar é desprezível.

Considerando essa situação hipotética bem como a mecânica clássica e áreas a ela relacionadas, julgue o item que se seguem.

40- Durante todo o movimento, a aceleração vetorial do projétil será constante.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Lançamento Oblíquo.

Questão bem direta, caro aluno. Quando um projétil é lançado obliquamente (descreve uma curva parabólica), sua trajetória é descrita por dois componentes de movimento:

Componente horizontal (eixo x):

- Não há aceleração horizontal, pois a resistência do ar é desprezível e a única força atuando é a gravidade, que atua verticalmente.
- A velocidade horizontal é constante.

Componente vertical (eixo y):

A única força atuando é a gravidade, que causa uma aceleração constante no sentido vertical, para baixo.

A aceleração vertical é a própria aceleração da gravidade (g), que é constante durante todo o movimento.

Assim, o vetor aceleração é dado da seguinte forma:

$$\begin{aligned}\vec{a} &= \vec{a}_x + \vec{a}_y \\ \vec{a} &= 0 + \vec{g}\end{aligned}$$

$$\vec{a} = \vec{g} \rightarrow \text{constante e aproximadamente } 9,8 \text{ m/s}^2$$

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo



41 - Na posição de altura máxima, a força resultante sobre o projétil será nula.

Comentário:

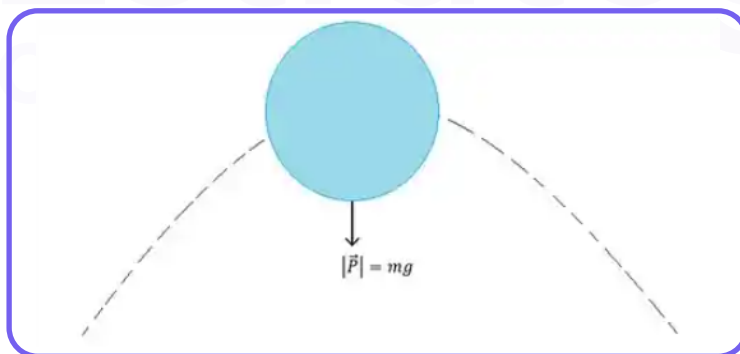
Trata-se de questão que versa sobre Lançamento Oblíquo.

Ora, como vimos acima, temos uma aceleração vetorial constante durante toda a trajetória, que equivale à aceleração da gravidade (g).

Dessa forma, sabendo o Princípio Fundamental da Dinâmica (PFD), em que a força resultante (F_R) é igual à massa (m) vezes aceleração resultante (a_R), podemos descrever o seguinte:

$$\begin{aligned}\overline{F_R} &= m \cdot \overline{a_R} \\ \overline{F_R} &= m \cdot \overline{g} \\ \overline{P} &= m \cdot \overline{g}\end{aligned}$$

Logo, a F_R não é nula, pelo contrário, ela equivale à força peso (P).



Gabarito: Errado

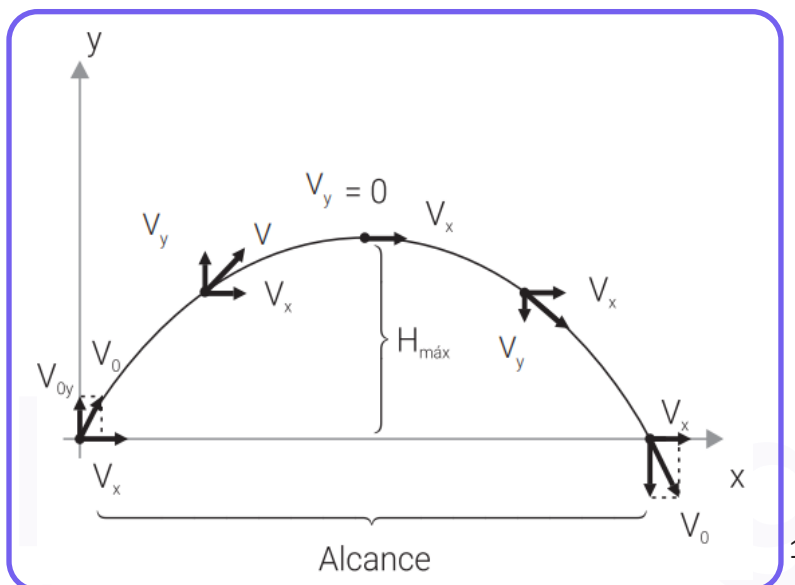
42- Na posição de altura máxima, a velocidade vetorial do projétil será nula.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Lançamento Oblíquo.

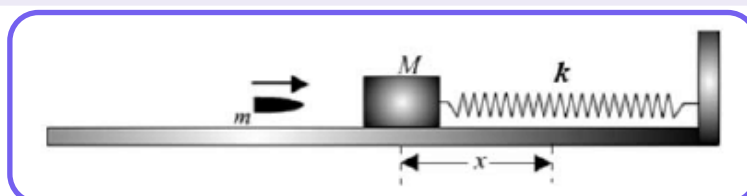


Se, na posição de altura máxima, a velocidade vetorial fosse nula, não teríamos a concretização da trajetória parabólica. Vale dizer, então, que, na posição de altura máxima, a velocidade, no eixo y , é nula, porém ainda temos a velocidade no eixo x , que faz com que o projeto se desloque na horizontal. Item ERRADO, portanto. Logo após o ponto de altura máxima, passamos ainda ter a velocidade constante no eixo x , porém surge, novamente, a componente do eixo y , no sentido de cima para baixo. Assim, o projétil passa a descrever uma trajetória para baixo e na horizontal. A imagem a seguir ilustra bem todo o exposto.



Gabarito: Errado

Um projétil, de massa m e velocidade v , colidiu frontalmente com um bloco de madeira de massa M que estava em repouso em uma superfície horizontal sem atrito, preso a uma mola ideal de constante elástica k . Após a colisão, o projétil e o bloco desenvolveram um movimento solidário, o que provocou, na mola, uma compressão máxima igual a x , conforme mostra a figura a seguir.



Com referência a essa situação hipotética, à mecânica clássica e a áreas a ela correlatas, julgue o item que se segue.

1 Lançamento Oblíquo. Disponível em: <<https://proenem.com.br/enem/fisica/lancamento-obliquo/>>



43- Na posição de compressão máxima, a energia potencial elástica armazenada na mola tem valor menor que o da energia cinética do projétil antes da colisão.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Colisões.

A princípio, é interessante que você saiba os três tipos clássicos de colisões:

- elástica;
- parcialmente elástica;
- inelástica.

Brevemente sobre cada uma, na elástica, não há perda de energia mecânica (E_m) após a colisão. Vale dizer que a energia mecânica é conservada antes e depois da colisão. Na colisão parcialmente elástica, a energia mecânica não é conservada, há ruídos que fazem com que a energia mecânica antes da colisão seja maior do que após a colisão. Por fim, em relação à colisão inelástica, há uma grande dissipação de energia, resultando no fato de que a energia mecânica antes da colisão seja bem maior do que após a colisão. Ademais, na colisão inelástica, os corpos permanecem juntos, descrevendo um movimento solidário, harmônico simples, como é o caso da questão!

Assim, sabendo que estamos diante de um caso de colisão INELÁSTICA, podemos afirmar de pronto que a energia mecânica após a colisão (no caso, é a potencial elástica, uma vez que a não temos mais a energia cinética do projétil) será bem menor do que do que a energia mecânica antes de colisão (que é a energia cinética do projétil). Matematicamente, segue-se:

$$\begin{aligned} E_{m(\text{antes})} &> E_{m(\text{depois})} \\ E_c &> E_e \\ \frac{mv^2}{2} &> \frac{k(\Delta x)^2}{2} \end{aligned}$$

m: massa do projétil;

v: velocidade inicial do projétil;

k: constante de Hooke;

Δx : deformação da mola.



Por tudo, nosso gabarito é CERTO, a energia mecânica não é conservada durante a colisão, sendo perdida por calor/atrito, energia sonora, entre possíveis outros, o que faz com que a energia no final (potencial elástica) seja menor do que a energia inicial (cinética).

Gabarito: Certo

44- Como não há atrito entre o bloco de madeira e a mesa horizontal, a conservação da energia mecânica garante que o valor da energia cinética do sistema imediatamente antes da colisão seja igual ao valor da energia cinética do sistema imediatamente após a colisão.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Colisões.

Como vimos, a colisão é inelástica, não há a perfeita conservação da energia cinética, ainda que não exista atrito entre o bloco de madeira e a mesa horizontal. Como eles passam a descrever um movimento solidário (ficam juntos/acoplados), há a perda de energia por outras formas, tal como pontuamos acima. O gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado

ÉTICA E CIDADANIA

A respeito da ética no serviço público, da administração pública federal bem como dos servidores públicos federais e seus direitos e deveres, julgue o item que se seguem.

45- A revelação de segredo do qual o servidor se apropriou em razão do cargo enseja a penalidade de demissão, o que implica o ressarcimento ao erário por parte do servidor.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Ética e Cidadania.

A princípio, precisamos responder se revelar segredo apropriado em razão do cargo público enseja a sanção de demissão. A resposta é sim, nos termos do art. 132, inc. IX, da Lei nº 8.112/90, a seguir reproduzido:



Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

IX - Revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

Mas e aí, essa demissão implica o ressarcimento ao erário? Ainda com base no Estatuto do Servidor, a resposta é não, portanto item ERRADO.

Art. 136. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do art. 32, implica a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível. [grifou-se]

Perceba que o inc. IX do art. 132 não está contemplado no *caput* do art. 136. O nosso gabarito é, por tudo, ERRADO, porém a banca Cebraspe anulou o item com a seguinte justificativa: “a cobrança do item não está contemplada nos objetos de avaliação do bloco ao qual ele se refere”.

Gabarito da banca: ANULADA]

Gabarito do item: Errado

46- De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, ausência de servidor do seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, já que pode acarretar desordem nas relações humanas.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre o Decreto nº 1.171/1994 - Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo.

Caro aluno, questãozinha sacana! Façamos, preliminarmente, uma breve leitura do inc. XII do Código de Ética:

XII - Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.



Uai, então é simples, fessô, o gabarito é certo. Na verdade, o gabarito é ERRADO. Veja a nuance: toda ausência INJUSTIFICADA, vale dizer, não é qualquer ausência que vai ser considerada fator de desmoralização.

Assim, o item está ERRADO porque ele não especifica que se trata de ausência injustificada, deixando o item genérico e, portanto, equivocado.

Gabarito: Errado

47- A estratégia, que consiste em um mecanismo para o exercício da governança pública, compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, para que os serviços de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre o Decreto nº 9.203/2017 - Política de Governança da Administração Pública Federal.

Concurseiro, a questão cobra a literalidade do normativo supramencionado. Porém, se você já tivesse estudado Administração Pública, responderia tranquilamente esse item, isso porque, de fato, a estratégia é um conceito aplicável ao longo prazo (tático ao médio e operacional ao curto prazo).

Dessa forma, definir diretrizes, objetivos, planos e ações faz, sim, parte do conceito de estratégia. Por fim, como pontuamos acima, cuida-se de literalidade normativa, senão vejamos:

Art. 5º São mecanismos para o exercício da governança pública: (...)

II - estratégia, que compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, além de critérios de priorização e alinhamento entre organizações e partes interessadas, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido;

O gabarito é, por conseguinte, CERTO.

Gabarito: Certo



48- O investigado poderá ter vista dos autos, com direito a cópia se assim o desejar, mesmo antes da notificação da existência de procedimento investigatório em comissão de ética.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre o Decreto nº 6.029/2007 - Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal.

Suficiente para a resolução da questão é a leitura do art. 14, do decreto supra.

Art. 14. A qualquer pessoa que esteja sendo investigada é assegurado o direito de saber o que lhe está sendo imputado, de conhecer o teor da acusação e de ter vista dos autos, no recinto das Comissões de Ética, mesmo que ainda não tenha sido notificada da existência do procedimento investigatório.

Parágrafo único. O direito assegurado neste artigo inclui o de obter cópia dos autos e de certidão do seu teor. [grifou-se]

O gabarito é, portanto, CERTO.

Gabarito: Certo.

49- Caso terceiro solicite, por telefone, informação sobre aquisições de determinado órgão público, o servidor deverá orientá-lo a preencher o formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, com os dados exigidos pela lei.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre o Decreto nº 7.724/2012 (regulamenta a Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011).

Primeiro, você sabia que normalmente os pedidos de informações devem ser feitos por meio de um formulário padrão? Pois é, nesse formulário, quem está solicitando a informação precisa preencher alguns dados. Isso está explicado lá no artigo 12, do Decreto supramencionado.



Mas e se a pessoa quiser fazer o pedido por telefone? Será que pode? O que você acha? Na verdade, o Decreto nº 7.724/2012 permite, sim, que o pedido seja feito por telefone, desde que os dados necessários sejam fornecidos pelo solicitante. Vejamos:

Art. 11. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no sítio na Internet e no SIC dos órgãos e entidades.

(...)

§ 3º É facultado aos órgãos e entidades o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como contato telefônico, correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 12."

Viu só? Está escrito que os órgãos e entidades podem receber pedidos por outros meios legítimos, incluindo telefone, desde que os requisitos do artigo 12 sejam cumpridos.

Então, a questão peca ao pontuar que, recebendo um pedido de acesso à informação via telefone, o servidor DEVERÁ orientá-lo a seguir pelo formulário padrão de pedido (§ 1º, art. 11). Em verdade, o servidor PODERÁ (pegadinha clássica da banca Cebraspe) recorrer-se ao pedido do formulário, mas o decreto deixa bem claro que é perfeitamente possível o início do fluxo de informação com base em outros meios legítimos. Portanto, gabarito ERRADO.

Gabarito: Errado

50- O diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, desde que satisfeitos os requisitos legais, poderá realizar a contratação direta de empresa na qual um primo seja sócio.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre o Decreto nº 7.203/2010 - Nepotismo.

Você sabia que primo é parente de 4º grau? Se não, decore; é muito explorado em provas de concursos públicos, nas mais variadas bancas e áreas de concurso.



Posto isso, faça a leitura do § 3º do art. 3º do Decreto em apreço:

Art. 3º No âmbito de cada órgão e de cada entidade, são vedadas as nomeações, contratações ou designações de familiar de Ministro de Estado, familiar da máxima autoridade administrativa correspondente ou, ainda, familiar de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança de direção, chefia ou assessoramento, para: (...)

§ 3º É vedada também a contratação direta, sem licitação, por órgão ou entidade da administração pública federal de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão e de cada entidade. [grifou-se]

Mas o quão abrangente é o vocábulo “familiar”? O inc. III do art. 2º responde-nos da seguinte maneira:

Art. 2º Para os fins deste Decreto considera-se: (...)

III - familiar: o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau. [grifou-se]

Opa, então, de fato, o diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, satisfazendo os requisitos legais, poderá realizar a contratação direta de empresa em que um primo seja sócio, porque o parentesco é de quarto grau, não sendo alcançado pelo conceito de nepotismo.

Gabarito: Certo



GEOPOLÍTICA

No que se refere à rede de transportes no Brasil, julgue o item que se segue.

51- A duplicação dos principais eixos rodoviários, a reestruturação do modelo de investimento e de exploração das ferrovias e a expansão e o aumento da capacidade da malha ferroviária são considerados condições para o desenvolvimento das regiões brasileiras no que diz respeito às redes de transporte.

Comentário:

A questão trata do desenvolvimento das regiões brasileiras no que se refere às redes de transporte. Contudo, não estabelece como condição para o desenvolvimento das regiões brasileiras que haja o desenvolvimento das redes de transportes, embora isso seja importante para o desenvolvimento dessas regiões. A questão diz que a duplicação dos principais eixos rodoviários, a reestruturação do modelo de investimento e de exploração das ferrovias e a expansão e o aumento da capacidade da malha ferroviária são considerados condições para o desenvolvimento das redes de transporte nas regiões brasileiras, o que está correto. Podemos acrescentar, ainda, a expansão do transporte hidroviário e da aviação regional. Ou seja, é necessário ampliar a infraestrutura e diversificar mais a intermodalidade no transporte de cargas e de passageiros.

Gabarito: Certo

52- Na escala interurbana, o Brasil apresenta uma rede de transportes integrada, diversa e eficiente, o que resulta em integração regional e competitividade no contexto da economia nacional.

Comentário:

O erro da questão é dar um sentido de totalidade para a sua afirmação. Não podemos afirmar que toda a rede de transportes brasileira é integrada. Isso é mais uma exceção do que uma realidade. Há um predomínio excessivo do modal rodoviário e uma baixa integração entre os diferentes modais. A rede é diversa, ou seja, utilizamos todas as tipologias de modais, mas, novamente, há um predomínio excessivo do rodoviarismo. No geral, não é uma rede de transportes eficiente, já que uma rede eficiente articularia a utilização dos diferentes modais, buscando o menor custo de transporte de carga e de passageiros, ponderando com as distâncias a serem percorridas, o tempo de deslocamento e a qualidade ambiental.

Gabarito: Errado



53- As políticas públicas no Brasil, sobretudo as implementadas a partir da segunda metade do século passado, incentivaram o transporte rodoviário de pessoas e de cargas em detrimento de outros modais de transporte.

Comentário:

Na década de 1930, com o crescimento industrial, definiu-se uma política de transportes baseada na implantação de rodovias. A partir dos anos 1950, com a chegada da indústria automobilística e com a consequente implementação de políticas públicas rodoviaristas, houve maciços investimentos no que tange à construção de estradas e à aquisição de automóveis pela população. A partir dessa época, o modal rodoviário passou a predominar no transporte do Brasil, em detrimento de outros modais.

Gabarito: Certo

Com relação à estrutura urbana brasileira e às grandes metrópoles, julgue o item subsecutivo.

54- As metrópoles brasileiras são arranjos populacionais acima de um milhão de habitantes que exercem influência direta sobre os demais níveis de cidades na rede urbana.

Comentário:

A questão cobrou conhecimentos sobre a rede urbana brasileira, expressos no estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC), do IBGE. A última atualização foi divulgada no ano de 2020, com base na realidade do ano de 2018. A REGIC utiliza o conceito de Arranjos Populacionais (AP), definidos como agrupamentos de municípios muito integrados com deslocamentos frequentes de populações para trabalho e estudo. A metrópole é o centro urbano principal do AP e exerce influência sobre os demais níveis de cidades na rede urbana. A REGIC classificou 15 centros urbanos como metrópoles no país. Os arranjos populacionais desses centros urbanos têm mais de um milhão de habitantes. As cidades de Vitória e Florianópolis não têm essa população, mas o arranjo populacional de ambas, da metrópole, conta com mais de um milhão de habitantes.

Gabarito: Certo



55- Os arranjos populacionais de Campinas e Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, e de Uberlândia, em Minas Gerais, configuram-se como metrópoles em ascensão na rede urbana brasileira e encontram-se no primeiro nível da hierarquia urbana.

Comentário:

O estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC), do IBGE, classifica as cidades em cinco grandes níveis: metrópoles (primeiro nível de grandeza), capitais regionais, centros sub-regionais, centros de zona e centros locais. Campinas é uma metrópole, portanto encontra-se no primeiro nível da hierarquia urbana. Não existe o nível metrópole em ascensão. Na REGIC, Uberlândia é uma capital regional B e Ribeirão Preto uma capital regional A.

Gabarito: Errado

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

No que se refere à legislação de trânsito brasileira, julgue os itens a seguir.

56- Em rodovias de via dupla de zonas rurais em que não houver sinalização regulamentadora, deve-se aplicar a automóveis, camionetas e motocicletas o mesmo limite máximo de velocidade permitido para transitar.

Comentário:

Conforme o § 1º do artigo 61 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, nas rodovias, de pista dupla ou simples, onde não houver sinalização regulamentadora, a velocidade máxima para automóveis, camionetas, motocicletas e CAMINHONETES será a mesma. Percebeu o destaque em “caminhonetes”? É que a Lei nº 14.440 de 2022 trouxe essa inovação para o CTB, acrescentando-as a este rol de veículos.

Embora a palavra “caminhonetes” não esteja no enunciado da questão, isso não faz com que ela esteja incorreta, pois, de fato, para aqueles veículos lá mencionados, sim, a velocidade máxima será a mesma quando naquela ocasião citada na assertiva.

Gabarito: Certo



57- Veículos em movimento em via pública que possuam espelhos retrovisores em ambos os lados poderão usar cortinas nas áreas envidraçadas.

Comentário:

Conforme o artigo 111 do CTB, que diz: “é vedado, nas áreas envidraçadas do veículo: o uso de cortinas, persianas fechadas ou similares nos veículos em movimento, SALVO nos que possuam espelhos retrovisores em ambos os lados”. A banca cobrou apenas a literalidade da lei.

Muitos candidatos erraram essa questão por preciosismo ao pensarem além do que diz o código: “ah, mas se a cortina estiver no para-brisas, como o condutor irá dirigir?”. Cuidado, não perca uma questão na prova por querer “ver mais” do que está na lei, obviamente que uma cortina no para-brisas prejudicaria a condução do veículo, mas não é o caso. A banca queria saber aqui apenas se você sabia desta exceção: “salvo nos que possuam espelhos retrovisores em ambos os lados”.

Gabarito: Certo

58- Para que autoridade ou agente policial possa autorizar a remoção de veículos envolvidos em acidente de trânsito ocorrido em leito de via pública que tenha causado lesão em pessoas e dano aos veículos envolvidos, é necessário que antes tenha sido prestado socorro às vítimas e realizada a perícia no local.

Comentário:

A Lei nº 5.970/73, em seu artigo primeiro, diz-nos justamente o oposto, na verdade, diz que, independentemente de exame do local, a autoridade ou agente de trânsito poderá autorizar a remoção das pessoas que tenham sofrido lesão.

Artigo 1º - Em caso de acidente de trânsito, a autoridade ou agente policial que primeiro tomar conhecimento do fato **poderá autorizar, independentemente de exame do local**, a imediata remoção das pessoas que tenham sofrido lesão, bem como dos veículos nele envolvidos, se estiverem no leito da via pública e prejudicarem o tráfego.

Gabarito: Errado



59- Cidadão que seja penalmente inimputável não pode obter habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico.

Comentário:

De fato! O artigo 140 do CTB diz-nos que, para que o candidato possa obter sua habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico, entre outros requisitos, precisará ser penalmente IMPUTÁVEL. Ou seja, ele precisa possuir a capacidade de entendimento no momento da ação, de poder ser responsabilizado penalmente por seus atos e ações. Logo, o “INimputável” (prefixo “in” – negação), não poderá obter habilitação. Segue-se a disposição legal:

Art. 140. A habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico será apurada por meio de exames que deverão ser realizados junto ao órgão ou entidade executivos do Estado ou do Distrito Federal, do domicílio ou residência do candidato, ou na sede estadual ou distrital do próprio órgão, devendo o condutor preencher os seguintes requisitos:

I - ser penalmente imputável; [grifou-se]

Gabarito: Certo

60- Considere que, em determinada rodovia federal, tenha havido um acidente, sem vítimas, em que um veículo colide com outro, do que resultara, para os dois veículos, em avaria e em dano patrimonial. Nessa situação hipotética, o causador do acidente deverá preservar o local, a fim de facilitar os trabalhos da polícia e da perícia, sob pena de responder por grave infração administrativa de trânsito.

Comentário:

Vamos iniciar a avaliação da questão pelo fato de NÃO haver vítimas no acidente. Assim, conforme o artigo 178 do CTB:

Art. 178. Deixar o condutor, envolvido em acidente sem vítima, de adotar providências para remover o veículo do local, quando necessária tal medida para assegurar a segurança e a fluidez do trânsito:

Infração – média;

Penalidade – multa.



Logo, podemos perceber o erro da questão ao afirmar que é grave quando deveria ser **MÉDIA**.
No entanto, se for um caso em que haja vítima, deverá ser aplicado o artigo 176, do CTB. Vejamos:

Art. 176. Deixar o condutor envolvido em acidente **com vítima**:

(...)

III – de preservar o local, de forma a facilitar os trabalhos da polícia e da perícia;

Infração – gravíssima;

Penalidade – multa (cinco vezes) e suspensão do direito de dirigir;

Medida administrativa – recolhimento do documento de habilitação.

Gabarito: Errado

Considerando as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e suas alterações, julgue os itens que se seguem.

61- A fiscalização do tempo de direção e do intervalo de descanso pode ocorrer por meio da verificação do diário de bordo, da papeleta ou da ficha de trabalho externo, fornecidos pelo empregador.

Comentário:

Questão tranquila e certa. Ela segue a literalidade do artigo 2º, inc. II, da Resolução nº 525/15, veja:

Art. 2º – A fiscalização do tempo de direção e do intervalo de descanso do motorista profissional dar-se-á por meio de:

II – Verificação do diário de bordo, papeleta ou ficha de trabalho externo, fornecida pelo empregador.

Gabarito: Certo



62- A emissão de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo em meio digital (CRLV-e), no qual constam o Certificado de Registro de Veículo (CRV) e o Certificado de Licenciamento Anual (CLA), é obrigatória se houver transferência de propriedade, sendo dispensável em caso de mudança de município de residência do proprietário.

Comentário:

A questão pode ser respondida com conhecimentos acerca da Resolução n° 809/2020, já revogada pela Resolução n° 999/23. Ela cobrou o sentido literal do artigo 3º, inc. IV, veja:

Artigo 3º - O CRLV-e será expedido obrigatoriamente: (...)

IV – na mudança de Município de domicílio ou de Município de residência do proprietário;

Gabarito: Errado

63 - Os objetivos da campanha educativa de trânsito do ano de 2021 incluem divulgar, mensalmente, temas com orientações específicas, as quais promovam, por exemplo, reflexões sobre como lesões e sequelas psicológicas e sociais decorrentes de acidentes de trânsito impactam a vida das vítimas e de seus familiares.

Comentário:

A questão pede conhecimento acerca da Resolução n° 806/2020, essa que foi revogada pela Resolução n° 871/2021, também já revogada.

Bem, à época, foi dada como certo, pois o Tema de Novembro de 2020, quando ainda em vigor a Resolução n° 806/2020, afirma, como orientação, o seguinte: “trazendo o tema do Dia Mundial em Memória das Vítimas do Trânsito, as campanhas devem levar a uma reflexão sobre como as lesões e sequelas psicológicas e sociais impactam a vida das vítimas e de seus familiares depois do acidente.”

No entanto, atualmente, essa questão está desatualizada, haja vista essas resoluções estarem revogadas, pois elas estabelecem a mensagem, os temas e o cronograma da Campanha Educativa de Trânsito anualmente.



Assim, todos os anos, serão indicados novos temas e orientações e, para isso, são criadas novas resoluções que abordarão essa pauta.

Gabarito à época: Certo (questão desatualizada)

64 - Para a medição de velocidade de veículos automotores elétricos, reboques e semirreboques em rodovias, utilizam-se medidores de velocidade do tipo fixo; entre estes, somente o medidor de velocidade do tipo fixo redutor deve obrigatoriamente ser dotado de display.

Comentário:

A questão cobrou conhecimentos sobre a Resolução n° 798/2020, alterada pela Resolução n° 804/20, que dispõe sobre requisitos técnicos mínimos para a fiscalização da velocidade de veículos automotores, elétricos, reboques e semirreboques. Como podemos ver no próprio texto da resolução, entre os medidores de velocidade do tipo fixo (divididos em Controlador e Redutor), apenas o redutor deverá ser dotado de *display*.

Resolução n° 798/2020:

Artigo 3º - Os medidores de velocidade são do tipo:

I – fixo: medidor de velocidade com registro de imagem instalado em local definido e em caráter duradouro, podendo ser especificado como:

a) controlador: medidor de velocidade destinado a fiscalizar o limite máximo de velocidade de via ou de seu ponto específico, sinalizado por meio de placa R-19; ou

b) redutor: medidor de velocidade, **obrigatoriamente dotado de display**, destinado a fiscalizar a redução pontual de velocidade estabelecida em relação à velocidade diretriz da via, por meio de sinalização com placa R-19, em trechos críticos e de vulnerabilidade dos usuários da via. [grifou-se]

Gabarito: Certo



65 - Como os reboques e os semirreboques são identificados somente por placa de identificação veicular (PIV) traseira, caso seja necessário, veículos equipados com engates para reboques ou com carroceria intercambiável deverão obrigatoriamente usar uma segunda PIV traseira.

Comentário:

Inicialmente, vale ressaltar aqui que a redação da questão não foi muito clara. A banca cobra o conhecimento sobre a Resolução nº 780 do CONTRAN. Essa resolução foi revogada pela Resolução nº 969. A questão foi dada como correta pela banca, pois era justamente o que havia escrito no artigo 4º:

Art. 4º É obrigatório o uso de segunda PIV traseira nos veículos equipados com engates para reboques ou carroceria intercambiável, transportando eventualmente carga que cobrir, total ou parcialmente, a PIV traseira.

§ 1º A segunda PIV deve ser disposta em local visível, podendo ser instalada:

I - no caso de engate de reboque, no para-choque ou carroceria, admitida a utilização de suportes adaptadores;

II - no caso de transporte eventual de carga, ou de carroceria intercambiável, nos termos da Resolução CONTRAN nº 349, de 17 de maio de 2010, e suas sucedâneas, no que couber. [grifou-se]

Com uma boa dose de generosidade, a questão poderia ainda ser considerada correta pela banca, após a revogação. Porém a nova Resolução, Resolução nº 969, trouxe, entre outras, algumas mudanças nesse artigo. Percebe-se que foram elencados, de maneira explícita, alguns veículos no inciso II do § 1º do art. 4º:

Art. 4º É obrigatório o uso de segunda PIV traseira nos veículos equipados com engates para reboques ou carroceria intercambiável, transportando eventualmente carga que cobrir, total ou parcialmente, a PIV traseira.

§ 1º A segunda PIV deve ser disposta em local visível, podendo ser instalada:

I - no caso de engate de reboque, no para-choque ou carroceria, admitida a utilização de suportes adaptadores;



II - no caso de transporte de cargas ou bicicletas nas partes externas dos veículos dos tipos automóvel, caminhonete, camioneta e utilitário, ou de carroceria intercambiável, nos termos de regulamentação específica do CONTRAN.

Gabarito à época: Certo (questão desatualizada)

Ainda com relação às resoluções do CONTRAN e suas alterações, julgue os itens subsequentes.

66 - Lanternas especiais de emergência que emitem luz de cor azul são de uso exclusivo de veículos que estejam devidamente identificados e destinados a socorro de incêndio e salvamento, a exemplo dos veículos de polícia, de fiscalização e de operações de trânsito e de ambulâncias, quando da efetiva prestação do serviço de urgência.

Comentário:

Justificativa da banca:

A utilização da expressão "a exemplo" prejudicou o julgamento do item, considerando-se que veículos de polícias e os demais não são necessariamente exemplos de veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento.

Gabarito: QUESTÃO ANULADA

67 - Infração de trânsito concomitante é aquela em que o cometimento de uma infração tem como pressuposto o cometimento de outra.

Comentário:

A banca cobrou conhecimento sobre a Resolução nº 561, que posteriormente foi alterada pelas resoluções 858/21 e 820/21 e revogada pela resolução 925/22. Porém, o conceito cobrado no enunciado da questão ainda permanece. Aqui, o examinador queria confundir o candidato com os conceitos entre o que são infrações CONCORRENTE e CONCOMITANTES. Bom, vejamos o que nos diz a resolução:



As infrações podem ser concorrentes ou concomitantes:

*São **concorrentes** aquelas em que o cometimento de uma infração tem como pressuposto o cometimento de outra.*

Por exemplo: veículo sem as placas (art. 230, IV), por falta de registro (art. 230, V). Nesses casos, o agente deverá lavrar um único AIT, com base no art. 230, V.

*São **concomitantes** aquelas em que o cometimento de uma infração não implica o cometimento de outra, na forma do art. 266 do CTB.*

Por exemplo: dirigir veículo com a CNH vencida há mais de trinta dias (art. 162, V) e de categoria diferente para a qual é habilitado (art. 162, III). Nesses casos, o agente deverá lavrar os dois AIT

Diante desses conceitos e pelo exposto na questão, só nos resta marcá-la como errada, haja vista a troca na definição trazida pelo enunciado da assertiva.

Gabarito: Errado

68 - O Plano Nacional de Trânsito é composto por um rol de iniciativas e de ações, sendo um de seus pilares a mobilidade e a engenharia.

Comentário:

Justificativa da banca:

Uma vez que os pilares Mobilidade e Engenharia estão previstos no Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS) e integram o Programa Nacional de Trânsito, e não o Plano Nacional de Trânsito, nos termos do anexo da Resolução nº 740/2018, prejudicou-se o julgamento objetivo do item.

Gabarito: QUESTÃO ANULADA



69 - A circulação de veículos em via pode ocorrer a título precário, sendo vedado o transporte de passageiro que esteja em pé no veículo ou que tenha menos de dezoito anos de idade no caso de transporte de passageiros em veículos de carga ou misto.

Comentário:

A assertiva cobra os conhecimentos acerca da Resolução nº 508/14, ainda em vigor. Ela se torna errada ao afirmar que a circulação de veículos em via pode ocorrer a título precário, sendo vedado o transporte de passageiro que esteja em pé no veículo ou que tenha menos de dezoito anos de idade no caso de transporte de passageiros em veículos de carga ou misto. E isso é tranquilamente verificado ao analisarmos o artigo 5º da referida resolução, veja:

Art. 5º Além das exigências estabelecidas nos demais artigos desta Resolução, para o transporte de passageiros em veículos de carga ou misto, é vedado:

- I. transportar passageiros com idade inferior a 10 anos;
- II. transportar passageiros em pé;
- III. transportar cargas no mesmo ambiente dos passageiros;
- IV. utilizar veículos de carga tipo basculante e boiadeiro;
- V. utilizar combinação de veículos.
- VI. transportar passageiros nas partes externas

Com isso, percebemos que a vedação que se refere à idade do passageiro menciona menores de 10 anos de idade, e não menores de 18 anos.

Gabarito: Errado



70 - É permitido que veículos de passageiros, ônibus, micro-ônibus e caminhões transitem em rodovia com trincas em seus para-brisas, desde que elas estejam dentro do limite previsto em norma específica e não haja fratura de configuração circular.

Comentário

Essa questão buscava conhecimentos sobre a Resolução n° 216/06, porém ela foi revogada pela Resolução n° 960 de 2022 e essa, por sua vez, já possui algumas alterações em seus artigos, trazidas pela Resolução n° 989/92. À época, a assertiva estava errada ao afirmar que era permitido que veículos de passageiros, ônibus, micro-ônibus e caminhões que transitam em rodovia com trincas em seus para-brisas desde que, dentro dos limites previstos, não houvesse fratura de configuração circular, e isso estava em desacordo com a Resolução n° 216/06. Afinal, poderíamos verificar, no artigo 4º, Parágrafo Único, o que contrariava o texto da questão, veja:

Art. 4º Nos para-brisas dos ônibus, micro-ônibus e caminhões, a área crítica de visão do condutor conforme figura ilustrativa do anexo desta resolução é aquela situada à esquerda do veículo determinada por um retângulo de 50 centímetros de altura por 40 centímetros de largura, cujo eixo de simetria vertical é demarcado pela projeção da linha de centro do volante de direção, paralela à linha de centro do veículo, cuja base coincide com a linha tangente do ponto mais alto do volante.

Parágrafo Único. Nos para-brisas dos veículos de que trata o caput deste artigo, são permitidos no máximo três danos, exceto nas regiões definidas no art. 3º, respeitados os seguintes limites:

I – Trinca não superior a 20 centímetros de comprimento;

II – Fratura de configuração circular não superior a 4 centímetros de diâmetro.

Com a nova **resolução**, algumas alterações foram feitas e faz-se importante que você as conheça, sobretudo com relação às trincas e fraturas nas áreas críticas, que não devem mais existir nem ser recuperadas, veja algumas dessas mudanças:



Art. 14. Na área crítica de visão do condutor e em uma faixa periférica de 2,5 centímetros de largura das bordas externas do para-brisa não devem existir trincas e fraturas de configuração circular e, caso ocorram, não podem ser recuperadas.

Art. 15. Nos para-brisas dos ônibus, micro-ônibus e caminhões, a área crítica de visão do condutor, conforme figura ilustrativa do Anexo II, é aquela situada à esquerda do veículo, determinada por um retângulo de 50 centímetros de altura por 40 centímetros de largura, cujo eixo de simetria vertical é demarcado pela projeção da linha de centro do volante de direção, paralela à linha de centro do veículo, cuja base coincide com a linha tangente do ponto mais alto do volante.

Parágrafo único. Nos para-brisas dos veículos de que trata o caput, são permitidos no máximo três danos, exceto nas regiões definidas no art. 14, respeitados os seguintes limites:

I - trinca não superior a 20 centímetros de comprimento; e

II - fratura de configuração circular não superior a 4 centímetros de diâmetro.”

Gabarito à época: Errado (questão desatualizada).

Acerca do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, julgue o item a seguir.

71- O equipamento em questão deve apresentar o tempo de movimentação do veículo, bem como suas interrupções.

Comentário:

A questão pede conhecimento sobre a Resolução n° 92/99, que foi revogada pela Resolução n° 938/22. Porém, a nova resolução traz algumas alterações em seu texto, a parte referente ao assunto cobrado na assertiva se manteve. Embora a resolução, vigente à época da prova, não esteja mais em vigor, manteria-se o gabarito como certo, segundo a resolução atual.

Veja o artigo que trata desse assunto na Resolução n° 92/99, já revogada:



Art. 2º Deverá apresentar e disponibilizar a qualquer momento, pelo menos, as seguintes informações das últimas vinte e quatro horas de operação do veículo:

- I. velocidades desenvolvidas;
- II. distância percorrida pelo veículo;
- III. tempo de movimentação do veículo e suas interrupções;
- IV. data e hora de início da operação;
- V. identificação do veículo;
- VI. identificação dos condutores;
- VII. identificação de abertura do compartimento que contém o disco ou de emissão da fita diagrama.

Parágrafo único. Para a apuração dos períodos de trabalho e de repouso diário dos condutores, a autoridade competente utilizará as informações previstas nos incisos III, IV, V e VI.”

Agora, veja como está na atual resolução, a de número 938/22:

Art. 3º Deverá apresentar e disponibilizar a qualquer momento, pelo menos, as seguintes informações das últimas 24 (vinte e quatro) horas de operação do veículo:

- I - velocidades desenvolvidas pelo veículo;
- II - distância percorrida pelo veículo;
- III - tempo de movimentação do veículo e suas interrupções;
- IV - data e hora de início da operação;
- V - identificação do veículo;
- VI - identificação do(s) condutor(es); e
- VII - identificação de abertura do compartimento que contém o disco diagrama ou de emissão da fita diagrama.



Parágrafo único. Para a apuração dos períodos de trabalho e de repouso diário dos condutores, a autoridade competente utilizará as informações previstas nos incisos III, IV, V e VI.”

Gabarito à época: Certo (questão desatualizada).

72- Em caso de operação de fiscalização do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, o policial rodoviário federal deve identificar-se e assinar o verso do disco ou da fita diagrama, além de mencionar o local, a data e horário em que ocorreu a fiscalização.

Comentário:

Mais uma questão sobre a Resolução nº 92/99, já revogada pela Resolução nº 938/22, conforme já pontuamos. Bem, essa questão, à época da prova, foi dada como certa, pois estava correta, segundo o parágrafo segundo do artigo 3º daquela resolução. Veja o que ele nos dizia:

Art. 3º (...)

§ 2º Nas operações de fiscalização do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, o agente fiscalizador deverá identificar-se e assinar o verso do disco ou fita diagrama, bem como mencionar o local, a data e horário em que ocorreu a fiscalização.

A Resolução nº 938/22 trouxe, entre outras mudanças ao longo de seus artigos, uma nova nomenclatura para “registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo”, veja:

Art. 6º (...)

§ 2º Nas operações de fiscalização do cronotacógrafo, o agente fiscalizador deverá identificar-se e assinar o verso do disco ou fita diagrama, bem como mencionar o local, a data e o horário em que ocorreu a fiscalização.

Gabarito à época: Certo (questão desatualizada).



73- É de seis meses o prazo em que as informações relativas às últimas vinte e quatro horas de operação do veículo devem ficar à disposição das autoridades competentes em caso de acidente.

Comentário:

Mais uma questão sobre a resolução 92/99. Embora já revogada, caso a prova fosse hoje, conforme a nova resolução, 938/22, ainda sim estaria errada como à época da prova, pois o prazo não é de seis meses, mas, sim, de 1 ano.

Veja o que o texto legal em cada resolução:

Resolução nº 92/99:

Art. 6º. Em caso de acidente, as informações referentes às últimas vinte e quatro horas de operação do veículo ficarão à disposição das autoridades competentes pelo prazo de um ano.

Resolução nº 938/22:

Art. 9º Em caso de acidente, as informações referentes às últimas 24 (vinte e quatro) horas de operação do veículo ficarão à disposição das autoridades competentes pelo prazo de 1 (um) ano.

Gabarito à época: Errado (questão desatualizada).

Com relação a limites de peso e dimensões para a circulação de veículos em vias públicas, excetuadas as condições para a emissão das autorizações especiais de trânsito, julgue o item subsequente.

74 - O comprimento máximo permitido para a circulação de veículos não articulados em vias públicas é de 14,00 metros.



Comentário:

Justificativa da banca:

Por haver controvérsias quanto ao comprimento máximo permitido, prejudicou-se o julgamento objetivo do item.

Gabarito: QUESTÃO ANULADA E DESATUALIZADA

75- Cumpridos os requisitos legais, para a combinação de veículos de carga com mais de duas unidades, incluída a unidade tratora, o peso bruto total deve ser de até 60 toneladas.

Comentário:

A questão é baseada na Resolução nº 210/06, que já não está mais em vigor, haja vista ter sido revogada pela Resolução nº 882/21. Todavia, tanto em uma quanto na outra, a assertiva estaria errada. Pois, para a situação apresentada no enunciado, o peso bruto total deve ser de até **57 toneladas**, e não 60 como mencionado.

Veja como estava escrito o texto na resolução anterior:

Art. 2º (...)

i) para a combinação de veículos de carga – CVC, com mais de duas unidades, incluída a unidade tratora, o peso bruto total poderá ser de até 57 toneladas, desde que cumpridos os seguintes requisitos.

Veja o que nos diz a atual resolução que trata dessa temática:

Resolução nº 882/21:

Art. 6º...”

j) para a CVC com mais de duas unidades, incluída a unidade tratora, o PBTC poderá ser de até 57 t, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

Gabarito: Errado (questão desatualizada)



76- A largura máxima autorizada para a circulação de veículos em via pública, com ou sem carga, é de 2,50 metros.

Comentário:

Fique bem atento, pois aqui falaremos sobre três resoluções. A primeira será a resolução de número 210/06 que estava em vigor à época da prova. Nela, o texto legal dizia que as dimensões autorizadas para veículos, com ou sem carga, quanto à largura era de 2,60 m. Com isso, já era o suficiente para marcarmos a questão como errada.

Texto da Resolução nº 210/06:

Art. 1º As dimensões autorizadas para veículos, com ou sem carga, são as seguintes:

I – largura máxima: 2,60m;

Agora, vamos falar sobre a segunda resolução, resolução de número 882/21, que revogou a 210/06. Ela trouxe algumas mudanças em seus artigos, porém o tamanho da largura máxima dos veículos não foi alterado, veja:

Texto da Resolução nº 882/21:

Art. 4º As dimensões regulamentares para veículos, com ou sem carga, que não necessitam de AET ou AE, são as seguintes:

I - largura máxima: 2,60 m; e

II - altura máxima: 4,40 m;

III - comprimento total:

E, por fim, a terceira; falaremos sobre a resolução de número 994/23, que veio para alterar a resolução 882/21. Entre outras alterações, foi alterado tamanho máximo permitido na largura dos tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção, de pavimentação ou guindastes, veja:



Texto da Resolução nº 994/23:

Art. 4º (...)

I - largura máxima:

- a) 2,80 m, para os tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção, de pavimentação ou guindastes (máquinas de elevação); e
- b) 2,60 m, para os demais veículos

Bom, creio que ficou bem clara essa sequência de mudanças na legislação. Por isso, fique bem atento para não estar estudando algo desatualizado.

Gabarito à época: Errado (questão desatualizada).

No que se refere à fiscalização do tempo de direção e de descanso do motorista profissional, julgue os itens seguintes.

77- Na condução de veículo de carga com peso bruto total superior a 4.536 kg, é permitido ao motorista profissional dirigir por até seis horas e meia ininterruptas.

Comentário:

Questão tranquila, embora o examinador tenha trazido no texto da questão o peso de um determinado veículo para confundir o aluno, informação que não faz diferença. O erro, na verdade, está em afirmar que é permitido ao motorista profissional dirigir por até seis horas e meia ininterruptas. Veja o que nos diz o artigo 3º da Resolução nº 525, veja:

Art. 3º (...)

II – serão observados 30 (trinta) minutos para descanso dentro de cada 6 (seis) horas na condução de veículo de transporte de carga, sendo facultado o seu fracionamento e o do tempo de direção desde que não ultrapassadas 5 (cinco) horas e meia contínuas no exercício da condução.

Gabarito: Errado



78 - A fiscalização de trânsito por videomonitoramento independe de sinalização na via e, em caso de infração, a autoridade ou o agente de trânsito responsável pela lavratura de auto de infração deve indicar, no campo observação, informações relativas ao modo de constatação da referida infração.

Comentário:

Para resolver essa questão, era preciso conhecimento sobre a Resolução n° 471/13 que também já foi revogada pela Resolução n° 909/22. Embora uma parte do enunciado esteja certo, a fiscalização de trânsito, mediante sistema de videomonitoramento, somente poderá ser realizada nas vias que estejam devidamente sinalizadas para essa finalidade.

Em ambas as resoluções, o texto que trata esse assunto se manteve, veja:

Art. 3º - A fiscalização de trânsito mediante sistema de videomonitoramento somente poderá ser realizada nas vias que estejam devidamente sinalizadas para esse fim.

Gabarito à época: Errado (questão desatualizada)

79 - A responsabilidade pela guarda, pela proteção e pela precisão das informações contidas no equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e de tempo é do proprietário do veículo.

Comentário:

Para responder a essa questão, vamos à Resolução n° 525/15, em seu artigo 3º, XIV, que nos diz:

Resolução n° 994/23:

Art. 3º (...)

XIV – a guarda, a preservação e a exatidão das informações contidas no equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e de tempo são de responsabilidade do condutor.

Deste modo, o item está incorreto, pois a responsabilidade, no caso mencionado na assertiva, é do CONDUTOR.

Gabarito: Errado



No que concerne a campanha educativa de trânsito e fiscalização de peso dos veículos por balança rodoviária, julgue os itens que se seguem.

80 - Em rodovias federais, na fiscalização de peso dos veículos por balança rodoviária, é admitida a tolerância de 12,5 % sobre os limites de peso regulamentares por eixo de veículos transmitidos à superfície das vias públicas.

Comentário:

À época, a questão foi dada como errada, pois tratava-se da **Resolução nº 803/20** e, em segundo lugar, o artigo 6º afirmava que a tolerância, no caso mencionado no enunciado da assertiva, era de 10% sobre os limites de peso regulamentares por eixo de veículos transmitidos à superfície das vias públicas, fato esse que tornava a questão incorreta, veja:

Resolução nº 803/20:

Art. 6º - Na fiscalização de peso dos veículos por balança rodoviária serão admitidas as seguintes tolerâncias:

II – 10% (dez por cento) sobre os limites de peso regulamentares por eixo de veículos transmitidos à superfície das vias públicas.”

Porém, a resolução 803/20 foi revogada pela resolução 882/21 e esta trouxe um novo entendimento, veja:

Resolução nº 882/21:

Art. 50. Na fiscalização de peso dos veículos por equipamento de pesagem serão admitidas as seguintes tolerâncias:

I - 5% sobre os limites de PBT ou PBTC; e

II - 12,5% sobre os limites de peso bruto transmitido por eixo de veículos à superfície das vias públicas.

Gabarito: Errado



81- Excetuados os produtos perigosos e a critério do policial rodoviário federal, desde que observadas as condições de segurança, produtos perecíveis e cargas vivas podem ser dispensados do remanejamento ou transbordo em caso de excesso de peso veicular.

Comentário:

A banca cobrou conhecimento sobre a Resolução nº 803/20, essa já revogada pela Resolução nº 882/21. O erro da assertiva foi afirmar “excetuados os produtos perigosos”, afinal produtos perigosos são tratados na mesma regra. Veja o que dizia o artigo a que se refere a questão:

Resolução nº 803/20:

Art. 9º O veículo só poderá prosseguir viagem após sanadas as irregularidades, observadas as condições de segurança.

§ 2º A critério do agente, observadas as condições de segurança, poderá ser dispensado o remanejamento ou transbordo de produtos perigosos, produtos perecíveis, cargas vivas e passageiros.

Veja, agora, como ficou na resolução revogadora:

Resolução nº 882/21:

Art. 54. O veículo só poderá prosseguir viagem após sanadas as irregularidades, observadas as condições de segurança.

§ 1º A critério do agente, avaliados os riscos e as condições de segurança, poderá ser dispensado o remanejamento ou transbordo de produtos perigosos, produtos perecíveis, cargas vivas e passageiros.

Gabarito: Errado



82 - O slogan da campanha educativa de trânsito de 2021, a qual deve ser veiculada, obrigatoriamente, nos meios de comunicação social, em toda peça publicitária de produtos automobilísticos, é: “No trânsito, sua responsabilidade salva vidas”.

Comentário:

A questão baseava-se no artigo 2º da resolução 806/20, e estava correta, pois esse era o tema da Campanha Educativa de Trânsito do ano de 2021, veja:

Resolução nº 806/20:

Art. 2º A Campanha Educativa de Trânsito de 2021 terá como mensagem “NO TRÂNSITO SUA RESPONSABILIDADE SALVA VIDAS”, que deverá ser divulgada pelos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito.

A resolução que estabelece o tema, a mensagem e o cronograma das campanhas educativas de trânsito é atualizada anualmente.

Atualmente, a resolução em vigor para tratar dessa temática é a Resolução nº 1000/23 e ela estará em vigor até dezembro de 2024.

Gabarito à época: Certo (questão desatualizada)

Acerca dos requisitos mínimos de segurança para o transporte de cargas em veículos, julgue o próximo item.

83 - Para a amarração de carga, é proibida a utilização de cordas, sendo permitido o seu uso exclusivamente para a fixação da lona de cobertura, quando necessário.

Comentário:

Justificativa da banca:

A utilização do termo “exclusivamente” prejudicou o julgamento objetivo do item.

Gabarito: ANULADA



84 - Quando não há pontos de amarração adequados ou em número suficiente, pode-se realizar a fixação dos dispositivos de amarração no próprio chassi do veículo.

Comentário:

A questão pede conhecimento sobre a Resolução n° 552/15 e, embora já revogada pela Resolução n° 945/22, está correta, conforme o parágrafo 5º do artigo 4º, veja:

Resolução n° 806/20:

Art. 4º (...)

§ 5º Na inexistência de pontos de amarração adequados, ou em número suficiente, fica permitida a fixação dos dispositivos de amarração no próprio chassi do veículo.

Perceba também que não houve alteração no parágrafo que trata desse assunto na Resolução n° 945/22:

Resolução n° 945/22:

Art. 4º (...)

§ 5º Na inexistência de pontos de amarração adequados, ou em número suficiente, fica permitida a fixação dos dispositivos de amarração no próprio chassi do veículo.

Gabarito: Errado

85 - Para a amarração da carga, devem ser utilizadas cintas têxteis, correntes ou cabos de aço, com resistência total à ruptura por tração de, no mínimo, 1,50 vez o peso da carga.



Comentário:

Mais uma questão sobre a Resolução n° 552/15 (já revogada pela Resolução n° 945/22) e ela está errada, veja a literalidade abaixo:

Art. 4º - Devem ser utilizados dispositivos de amarração, como cintas têxteis, correntes ou cabos de aço, com resistência total à ruptura por tração de, **no mínimo, 2 (duas) vezes** o peso da carga, bem como dispositivos adicionais como: barras de contenção, trilhos, malhas, redes, calços, mantas de atrito, separadores, bloqueadores, protetores, etc., além de pontos de amarração adequados e em número suficiente.

Logo, ao verificarmos o que nos afirmava a legislação, percebemos que realmente a assertiva estava incorreta. Por fim, vejamos, agora, o mesmo tema sob à luz da Resolução n° 945/22 e suas alterações:

Resolução 945/22:

Art. 4º - Devem ser utilizados dispositivos de amarração, como cintas têxteis, correntes ou cabos de aço, com capacidade máxima de trabalho nominal permitida para um conjunto de amarração no sentido longitudinal, respeitando o fator de segurança de, no mínimo, 2 (duas) vezes o peso da carga, bem como dispositivos adicionais como: barras de contenção, trilhos, malhas, redes, calços, mantas de atrito, separadores, bloqueadores e protetores, além de pontos de amarração adequados e em número suficiente.

Gabarito à época: Errado (questão desatualizada)



DIREITO ADMINISTRATIVO

Determinado órgão público firmou contrato administrativo com uma empresa de reconhecida especialização no mercado, para a prestação de serviços de treinamento de pessoal de natureza singular aos seus servidores. Durante a execução do contrato, a empresa descumpriu uma das cláusulas contratuais. A administração pública, então, aplicou multa por inexecução parcial do acordado. Insatisfeita, a empresa impetrou mandado de segurança no Poder Judiciário em face do ato administrativo que aplicara a penalidade sem prévia oitiva.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

86- A impetração de mandado de segurança configura controle judicial de mérito administrativo.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Controle da Administração Pública.

Caro aluno, quando estudamos Direito Administrativo, aprendemos que não há que se falar, pelo menos em regra, em controle de mérito do administrativo por parte do Judiciário. Dessa forma, como o mandado de segurança (MS) é um remédio jurídico de baliza constitucional, a questão torna-se materialmente errada, uma vez que não há qualquer relação entre impetrar MS e isso configurar controle judicial do mérito administrativo.

O fato de o particular ter impetrado MS dá-se em razão da aplicação de penalidade sem a prévia oitiva, sem o devido processo legal, que invoca contraditório e ampla defesa. Dessa forma, em prol de direito líquido e certo, é possível a impetração desse instrumento quando o responsável pela ilegalidade é a própria Administração Pública (art. 5º, inc. LXIX, CF/88):

Art. 5º (...)

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

Dessa forma, o gabarito da questão é ERRADO, uma vez que o controle do judiciário, no caso em tela, é de legalidade, e não de mérito.

Gabarito: Errada



87- Órgão público é ente descentralizado da administração indireta que possui personalidade jurídica de direito público.

Comentário:

Órgão público é resultado da desCONcentração administrativa, integra a Administração Direta e não possui personalidade jurídica própria. São as entidades que resultam da desCENTralização administrativa, integram a Administração Indireta e possuem personalidade própria.

Gabarito: Errada

88- Essa situação caracteriza contratação direta por dispensa de licitação.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Contratação Direta.

Opa, de fato, temos uma situação que caracteriza contratação direta. No entanto, a questão peca ao afirmar que é na modalidade de dispensa de licitação. A espécie correta é a inexigibilidade de licitação, tanto com base na revogada Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) quanto na atual lei (Lei nº 14.133/21).

(Lei nº 8.666/93) Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Professor, mas será que o serviço técnico em apreço (treinamento de pessoal) está elencado no rol do art. 13 da Lei nº 8.666/93? Sim, vejamos:

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;



À época da realização da prova da PRF, 2021, ainda estava vigente a Lei nº 8.666/93. No entanto, por oportuno, fazemos a leitura das correspondentes disposições na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021):

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Por fim, ratifica-se que o gabarito da presente questão é ERRADO, uma vez que a modalidade de contratação direta é a inexigibilidade de licitação, e não a dispensa.

Gabarito: Errada

89 - A aplicação da multa em questão decorre do poder administrativo disciplinar.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Poder Disciplinar.

O poder disciplinar refere-se à capacidade de investigar e impor sanções. Esse poder exige um vínculo específico e não necessariamente depende de uma hierarquia existente. Por exemplo, no caso mencionado, uma empresa envolvida em um contrato com o Estado pode ser penalizada por não cumprir os termos contratuais, com base justamente nesse poder disciplinar, o que ensejou o gabarito preliminar como CERTO.

Contudo, a banca anulou o item com a seguinte justificativa:

A redação do item possibilita mais de uma interpretação, sendo que se pode compreender que a disciplina interna da administração se refere apenas a quando há hierarquia administrativa.

Gabarito preliminar e do professor: Certo

Gabarito da banca: Anulada



90- O ajuizamento da ação judicial para conter eventuais abusos praticados pela administração pública caracteriza a aplicação do princípio da sindicabilidade.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Princípios Implícitos/Infraconstitucionais aplicáveis ao Direito Administrativo. O Princípio da Sindicabilidade é uma ideia moderna que afirma que qualquer ato administrativo pode ser submetido a algum tipo de controle, seja ele inevitável (inafastabilidade da tutela jurisdicional - art. 5º, XXXV, CF/88) ou de autotutela (pela própria Administração Pública).

Percebam, portanto, que temos um particular recorrendo-se ao judiciário a respeito de uma eventual ilegalidade ou abuso por parte da Administração, vale dizer, estamos no bojo do princípio da sindicabilidade.

O gabarito é, por conseguinte, CORRETO.

Gabarito: Certo

DECRETO Nº 8.282/2014 - CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A PROMOÇÃO E PROGRESSÃO NA CARREIRA DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL/ 2021/ CEBRASPE

Acerca da carreira de policial rodoviário federal, julgue os itens subsequentes.

91- A promoção do policial rodoviário federal para a segunda classe depende de participação em cursos de capacitação cujo conteúdo seja compatível com as atribuições do cargo e que tenha duração de, no mínimo, 150 horas.

Comentário

Trata-se de questão que versa sobre o Decreto nº 8.282/2014 - Promoção e Progressão na Carreira de Policial Rodoviário Federal.

Questão decoreba, caro aluno, infelizmente. Fique esperto com isso para a próxima prova, ok? Vejamos os requisitos mínimos de capacitação para promoção, conforme o Decreto supracitado:



CLASSE	REQUISITOS
DA PRIMEIRA CLASSE PARA A CLASSE ESPECIAL	Cursos de capacitação específicos, com conteúdo estritamente relacionado às atividades do órgão e duração total igual ou superior a 360 horas
DA SEGUNDA CLASSE PARA A PRIMEIRA CLASSE	Cursos de capacitação com conteúdo compatíveis com as atribuições do cargo e duração total ou superior a 150 horas
DA TERCEIRA CLASSE PARA A SEGUNDA CLASSE	Cursos de capacitação com conteúdo compatível com as atribuições do cargo e duração total igual ou superior a 120 horas

Perceba, portanto, que o gabarito é ERRADO, pois, para a promoção para a SEGUNDA classe, exige-se curso de capacitação com conteúdo compatível com as atribuições do cargo e duração total ou superior a 120 horas.

Gabarito: Errado

92- As atribuições do policial rodoviário federal de terceira classe, cuja jornada de trabalho é de quarenta horas semanais, incluem realizar patrulhamento e policiamento ostensivo

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre a Lei nº 9.654/1998, que cuida da carreira do Policial Rodoviário Federal. Para a resolução da questão, suficiente é a leitura do art. 2-A, inc. IV, do normativo anteriormente elencado:

Art. 2º-A. A partir de 1o de janeiro de 2013, a Carreira de que trata esta Lei, composta do cargo de Policial Rodoviário Federal, de nível superior, passa a ser estruturada nas seguintes classes: Terceira, Segunda, Primeira e Especial, na forma do Anexo I-A, observada a correlação disposta no Anexo II-A.

§ 1º As atribuições gerais das classes do cargo de Policial Rodoviário Federal são as seguintes:

IV - Terceira Classe: atividades de natureza policial envolvendo a fiscalização, patrulhamento e policiamento ostensivo, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários e demais atribuições relacionadas com a área operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. [grifou-se]

Fessô, mas e o 40 horas/semana, tem previsão legal? Sim, conforme art. 9º, da mesma lei:

Art. 9º É de quarenta horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes da carreira de que trata esta Lei. [grifou-se]

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo



DIREITO CONSTITUCIONAL

Acerca de direitos fundamentais, garantias e remédios constitucionais, julgue os itens a seguir.

93- A manifestação pública em defesa da abolição de crime, por ser considerada incitação à prática de fato criminoso, não está protegida pela liberdade de reunião.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.

O Supremo Tribunal Federal (STF) já concluiu que é permitido realizar reuniões ou manifestações em espaços públicos sem a obrigatoriedade de notificação prévia às autoridades competentes. Essa decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário nº 806.339, com repercussão geral reconhecida no Tema nº 855, que estabeleceu a seguinte tese:

A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustrasse outra reunião no mesmo local" (RE 806.339/SE, red. p/ o ac. Min. Edson Fachin, julgamento em 15/12/2020)

Assim, não há que se falar em incitação à prática de fato criminoso, estando a manifestação pública protegida, sim, pela liberdade de reunião, de força constitucional. Inclusive, na ADPF 187, o STF afirmou que a marcha em favor da legalização das drogas, conhecida como "Marcha da Maconha", é uma expressão legítima de duas liberdades individuais de caráter fundamental: direito de reunião e direito à livre expressão do pensamento.

Gabarito: Errado

94- Autoriza-se o confisco de bem utilizado para o tráfico de drogas nas situações em que se constatar que houve habitualidade do uso do bem para a prática do referido crime.



Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Disposições Constitucionais Gerais (arts. 233 a 250 da CF/1988).
Vejam os o que diz a Carta da República:

Art. 243. (...)

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei. [grifou-se]

Ademais, o entendimento do STF vai nesse sentido, conforme RE 638.491:

É possível o confisco de todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico de drogas, sem a necessidade de se perquirir habitualidade, reiteração do uso do bem para tal finalidade, a sua modificação para dificultar a descoberta do local ou do acondicionamento da droga, ou qualquer outro requisito, além daqueles previstos expressamente no artigo 243, parágrafo único, da Constituição Federal.

Observe que a habitualidade referida pela banca não é condição para o confisco, ou seja, havendo ou não habitualidade do uso para a finalidade criminosa, o confisco será possível.

Logo, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo

95- As hipóteses de perda da nacionalidade brasileira previstas na Constituição Federal de 1988 têm natureza taxativa, de modo que nem mesmo convenções ou tratados internacionais podem ampliá-las.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Nacionalidade.



A banca levou em conta o entendimento do STF no HC 83.113, a seguir reproduzido:

A perda da nacionalidade brasileira, por sua vez, somente pode ocorrer nas hipóteses taxativamente definidas na Constituição da República, não se revelando lícito, ao Estado brasileiro, seja mediante simples regramento legislativo, seja mediante tratados ou convenções internacionais, inovar nesse tema, quer para ampliar, quer para restringir, quer, ainda, para modificar os casos autorizadores da privação – sempre excepcional – da condição político-jurídica de nacional do Brasil. [grifou-se]

Por tudo, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo

96- A Constituição Federal de 1988 não garante o direito à escusa de consciência sobre o dever de votar para os maiores de 18 anos de idade e para os menores de 70 anos de idade.

Comentário:

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) GARANTE, SIM, o direito à escusa de consciência sobre o dever de votar para os maiores de 18 anos de idade e para os menores de 70 anos de idade.

Dessa forma, não desejando votar, basta que seja justificado à Justiça Eleitoral, que é a “prestação alternativa” que a CF/88 menciona no art. 5º, inc.VIII:

Art. 5º (...)

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei. [grifou-se]

Gabarito: Errado



97- De acordo com o Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas data para a obtenção de informações a respeito da identidade de responsáveis por agressões e denúncias feitas contra o impetrante.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre *Habeas Data*.

Concurseiro, que situações demandam o HD? Você sabe? É necessário que as disposições das alíneas a e b do inc. LXXII do art. 5º da CF/88 estejam na ponta língua:

Art. 5º (...)

LXXII - conceder-se-á "habeas-data":

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

Note que não há margem para entendermos que seja possível obter informações a respeito da identidade de responsáveis por agressões e denúncias contra o impetrante. Logo, podemos deduzir que a questão está CERTA. Todavia, para você ficar mais convencido, segue-se o entendimento do STF, no RMS 24.617:

O habeas data tem finalidade específica: assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, ou para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo (C.F., art. 5º, LXXII, a e b). II. - No caso, visa a segurança ao fornecimento ao impetrante da identidade dos autores de agressões e denúncias que lhe foram feitas. A segurança, em tal caso, é meio adequado.

“Segurança”, na passagem acima, refere-se ao Mandado de Segurança.

Gabarito: Certo



PRF - POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL/ 2021/ CEBRASPE

A respeito do regime constitucional da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue os itens que se seguem.

98- Durante a vigência do estado de sítio, as imunidades parlamentares poderão ser suspensas pelo voto de dois terços dos membros da respectiva casa legislativa.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988).

O examinador cobrou a inteligência do art. 53, § 8º, da CF/88:

Art. 53 (...)

§ 8º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.
[grifou-se]

Assim, o gabarito é CERTO. No entanto, a questão foi anulada pela banca porque não havia a previsão desse assunto no edital do concurso.

Gabarito do professor: Certo

Gabarito da banca: ANULADA

99- Em caso de decretação do estado de sítio em razão de comoção interna autorizada pelo Congresso Nacional, admite-se a suspensão de todas as garantias constitucionais.



Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988).

Exatamente o mesmo caso da questão anterior. Questão anulada por ausência de previsão no edital do concurso. Todavia, vamos solucioná-la. Vai ser importante para o seu aprendizado.

O item em apreço possui o gabarito ERRADO, uma vez que a suspensão de garantias constitucionais, no caso de decretação de estado de sítio, em razão de comoção interna, é limitado a um rol taxativo, vale dizer, rol específico de garantias. Vejamos tal rol:

Art. 139. Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento no art. 137, I, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas:

I - obrigação de permanência em localidade determinada;

II - detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns;

III - restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei;

IV - suspensão da liberdade de reunião;

V - busca e apreensão em domicílio;

VI - intervenção nas empresas de serviços públicos;

VII - requisição de bens. [grifou-se]

Observe que é incorreto falar em suspensão de TODAS as garantias constitucionais.

Gabarito do professor: Errado

Gabarito da banca: ANULADA



DIREITO PENAL

Em uma abordagem durante blitz de rotina em rodovia federal, o policial constatou alteração no chassi do veículo que estava sendo fiscalizado. Questionado pelo policial, o condutor ofereceu-lhe grande quantia em dinheiro para que fosse liberado de imediato.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

100- A remarcação de novo número no chassi e a falsificação do certificado de registro do veículo caracterizam crime único de falsificação de documento público.

Comentário:

Nossa questão envolve os seguintes assuntos:

- Adulteração de sinal identificador de veículo, art. 311, CP;
- Falsificação de documento público, art. 297, CP.

Para responder corretamente à questão, vejamos as redações dos dispositivos citados, a saber:

Falsificação de documento público

Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa. (...)

Adulteração de sinal identificador de veículo

Art. 311. Adulterar, remarcar ou suprimir número de chassi, monobloco, motor, placa de identificação, ou qualquer sinal identificador de veículo automotor, elétrico, híbrido, de reboque, de semirreboque ou de suas combinações, bem como de seus componentes ou equipamentos, sem autorização do órgão competente:

Pena - reclusão, de três a seis anos, e multa. - grifei

O enunciado apresenta a hipótese de um sujeito ativo praticar ambas as condutas destacadas nos dispositivos citados supra e afirma que isso caracterizaria crime único.



Nesse caso, aluno, a assertiva está errada, pois os crimes possuem objetos materiais distintos. Veja, também, que as condutas descritas nos tipos são autônomas. Pelo exposto, haverá concurso material e o sujeito ativo responderá por ambos os crimes.

Gabarito: Errado

101- A remarcação do chassi com o mesmo número original do veículo caracteriza crime contra a fé pública e infração administrativa de trânsito.

Comentário:

Nossa questão envolve o seguinte assunto:

- Adulteração de sinal identificador de veículo, art. 311, CP.

Para responder corretamente à questão, vejamos as redações dos dispositivos citados, a saber:

Adulteração de sinal identificador de veículo

Art. 311. Adulterar, remarcar ou suprimir número de chassi, monobloco, motor, placa de identificação, ou qualquer sinal identificador de veículo automotor, elétrico, híbrido, de reboque, de semirreboque ou de suas combinações, bem como de seus componentes ou equipamentos, sem autorização do órgão competente:

Pena - reclusão, de três a seis anos, e multa. - grifei

Primeiramente, há que se considerar que a redação acima é nova, dada pela Lei nº 14.562/2023. Todavia, como o núcleo “remarcar” já era previsto na redação antiga e foi mantido na nova, não altera nossa linha de raciocínio para julgar a questão.

A doutrina de Cezar Roberto Bitencourt ensina que o verbo remarcar, no tipo penal mencionado, refere-se a “tornar a marcar, alterando, pôr marca nova em”. No entanto, o enunciado da questão fala em remarcação do chassi “com o mesmo número original”, o que afasta o caso narrado do tipo penal, de acordo com a interpretação doutrinária exposta. Sendo assim, o gabarito, a nosso ver, é errado, pois a conduta descrita não se amoldaria ao tipo penal, não configurando crime contra a fé pública.



Para efeitos de completude, a parte final está certa ao dizer que a conduta representa infração administrativa pelo CTB:

Art. 230 / CTB: Conduzir o veículo:

I - com o lacre, a inscrição do chassi, o selo, a placa ou qualquer outro elemento de identificação do veículo violado ou falsificado; - grifei

Gabarito: Errada.

Gabarito: Questão desatualizada

102- Ao oferecer dinheiro para ser irregularmente liberado da blitz, o condutor praticou o crime de corrupção ativa.

Comentário:

Item correto, pois essa é a exata previsão contida no art. 333 do CP, que tipifica o crime de corrupção ativa:

Corrupção ativa Art. 333- Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício: Pena– reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

Gabarito: Certo



103- Nessa situação, se o policial não aceitar o dinheiro oferecido, a conduta da pessoa deve ser punida na modalidade tentada.

Comentário:

Item errado, pois o crime de corrupção ativa (art. 333 do CP) é crime formal, consumando-se no momento em que o agente oferece ou promete a vantagem indevida ao funcionário público para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício, na forma do art. 333 do CP. A efetiva entrega da vantagem, sua aceitação pelo funcionário ou a infração do dever pelo funcionário são fatores irrelevantes para fins de consumação do delito.

Gabarito: Errado

104- A adulteração grosseira do chassi do veículo não caracteriza crime impossível.

Comentário:

Nossa questão envolve os seguintes assuntos:

- Adulteração de sinal identificador de veículo, art. 311, CP.

Para responder corretamente à questão, vejamos as redações dos dispositivos citados, a saber:

Adulteração de sinal identificador de veículo

Art. 311. Adulterar, remarcar ou suprimir número de chassi, monobloco, motor, placa de identificação, ou qualquer sinal identificador de veículo automotor, elétrico, híbrido, de reboque, de semirreboque ou de suas combinações, bem como de seus componentes ou equipamentos, sem autorização do órgão competente:

Pena - reclusão, de três a seis anos, e multa.

Primeiramente, há que se definir crime impossível. Conforme o art. 17, CP, trata-se daquela conduta praticada com meio absolutamente ineficaz de configurar o resultado delitivo ou quando o objeto é absolutamente impróprio:



Crime impossível

Art. 17 - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

Dessa forma, a alteração grosseira gera fato atípico, em regra, por ineficácia absoluta do meio. É o que se aplica no crime de moeda falsa “grosseira”, pois está ausente o potencial lesivo.

No entanto, o STJ estabeleceu que o delito do art. 311 não exige perfeição da adulteração. No mesmo sentido, o STF entende que basta a intenção de burlar a fiscalização para que se consuma referido crime.

Portanto, conforme jurisprudência superior, ainda que de forma grosseira, se realizar a conduta de adulterar placa do veículo, restará configurado o crime.

Assim, a adulteração grosseira do chassi não representa crime impossível: o agente cometeu o crime.

Gabarito: Certo

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Durante uma abordagem em via pública, tendo suspeitado do comportamento de determinado condutor e constatado rasura na carteira nacional de habilitação (CNH) por ele apresentada, o policial rodoviário, após efetuar busca no veículo e apreender mercadoria proibida, deu-lhe voz de prisão, em razão da prática de crime de ação penal pública.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

105- A busca e a apreensão no veículo foram ilícitas, já que o policial as realizou sem autorização judicial.

Comentário:

O assunto da nossa questão é DA BUSCA E DA APREENSÃO, art. 240 e seguintes do CPP.

Para julgar corretamente a assertiva, o candidato deve conhecer a diferença entre busca domiciliar e pessoal, bem como as características de cada uma.

A busca domiciliar está prevista no art. 240, § 1º, do Código de Processo Penal, depende de autorização judicial e cabe somente nos casos elencados nas alíneas do § 1º do art. 240, a saber:



Art. 240. A busca será domiciliar ou pessoal.

§ 1º Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para: - grifei

- a) prender criminosos;
- b) apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos;
- c) apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos;
- d) apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso;
- e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu;
- f) apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato;
- g) apreender pessoas vítimas de crimes;
- h) colher qualquer elemento de convicção.

Já a busca pessoal, prevista no § 2º do art. 240 do CPP, não depende de autorização judicial e tem cabimento *“quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos mencionados nas letras b a f e letra h do parágrafo anterior”*, conforme a literalidade do dispositivo.

Assim, em que pese não requerer autorização judicial, para que se dê a busca pessoal, é necessário que haja fundada suspeita da autoridade policial de presença de arma proibida ou dos objetos descritos nas alíneas b, f e h do § 1º do art. 240.

Uma observação importante é que a palavra “pessoal” não limita a busca ao corpo e às roupas da pessoa, podendo ser realizada em bens pessoais, como a mochila, a carteira e o próprio carro (desde que, no contexto, este não se equipare à casa).

Pelo exposto, conclui-se que o gabarito é errado, pois a busca realizada é lícita e não depende de autorização judicial.

Gabarito: Errado



106- A situação caracteriza flagrante próprio e, em até vinte e quatro horas após a realização da prisão, deverá ser entregue a nota de culpa ao preso.

Comentário:

O assunto da nossa questão é DA PRISÃO EM FLAGRANTE, art. 301 e seguintes do CPP.

Para julgar corretamente a assertiva, o candidato deve conhecer a diferença entre as espécies de flagrante, bem como as características de cada uma:

Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem:

I - está cometendo a infração penal;

II - acaba de cometê-la;

III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;

IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

Os incisos I e II, supra, trazem as espécies de flagrante próprio; o inciso III trata do flagrante impróprio e o inciso IV descreve o flagrante ficto ou presumido.

Percebam que os incisos guardam uma sequência temporal entre si e o nosso enunciado refere-se à hipótese do inciso I, pois está cometendo o delito de transportar mercadoria proibida, portanto é caso de flagrante próprio.

A segunda parte da assertiva refere-se à nota de culpa. Para julgar a assertiva, vejamos os dispositivos regentes:

Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

§ 1º Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.

§ 2º No mesmo prazo, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas. - grifei



Observem que serão entregues em até 24h após a prisão: ao juiz, o auto de prisão em flagrante; ao preso, a nota de culpa.

Pelo exposto, assertiva correta.

Gabarito: Certo

107- A identificação criminal do condutor não poderá ser feita, uma vez que ele foi identificado civilmente pela CNH.

Comentário:

O assunto da nossa questão é a identificação civil e criminal, prevista no art. 5º, inciso LVIII, da CF/88 e regulamentada pela Lei nº 12.037/2009.

Para julgar corretamente a assertiva, o candidato deve conhecer a regra trazida pelo art. 1º da referida norma regulamentadora (que replica o dispositivo constitucional) e suas exceções estabelecidas pelo art. 3º:

Art. 1º O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nos casos previstos nesta Lei. (...)

Art. 3º Embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando:

I – o documento apresentar rasura ou tiver indício de falsificação;

II – o documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado;

III – o indiciado portar documentos de identidade distintos, com informações conflitantes entre si;

IV – a identificação criminal for essencial às investigações policiais, segundo despacho da autoridade judiciária competente, que decidirá de ofício ou mediante representação da autoridade policial, do Ministério Público ou da defesa;

V – constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações;



VI – o estado de conservação ou a distância temporal ou da localidade da expedição do documento apresentado impossibilite a completa identificação dos caracteres essenciais.

Parágrafo único. As cópias dos documentos apresentados deverão ser juntadas aos autos do inquérito, ou outra forma de investigação, ainda que consideradas insuficientes para identificar o indiciado. - grifei

Perceba, aluno, que, embora o sujeito tenha apresentado CNH e que, em regra, isso seria suficiente para identificá-lo civilmente, dispensando a identificação criminal, o policial constatou rasura no documento, logo o caso narrado se amolda à hipótese trazida pelo inciso I do art. 3º da Lei nº 12.037/2009, o que possibilita a identificação criminal do condutor.

Gabarito: Errado

108- O policial poderá ser arrolado como testemunha, caso em que seu depoimento terá valor probatório superior ao do interrogatório do condutor.

Comentário: Concursos

Nossa questão trata Da Prova, prevista no art. 155 e seguintes do CPP.

Para julgar corretamente a assertiva, o candidato deve conhecer a regra trazida pelo art. 155, CPP, que consagra, no nosso ordenamento, o sistema (princípio) do livre convencimento motivado da prova. Significa que o juiz tem autonomia ampla para analisar e valorar as provas dos autos, desde que de maneira fundamentada, sem que as provas possuam algum valor pré-estabelecido ou vinculante. Veja-se:

Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas. - grifei



Pelo exposto, podemos concluir que o depoimento do policial (uma prova) não poderá ter valor probatório superior ao interrogatório do condutor (outra prova).

Observe, todavia, que o juiz pode fazer essa valoração quando da sua análise, mas o cerne da questão é que se parte do pressuposto da equivalência de peso entre as provas.

Gabarito: Errado

109- A prisão do condutor é uma espécie de prisão provisória, dispensa a expedição de mandado e o policial deve exigir o recibo de entrega do preso.

Comentário:

O assunto da nossa questão é prisão provisória.

Para julgar corretamente a assertiva, o candidato deve saber inicialmente que há basicamente 3 espécies do gênero prisão provisória, a saber: prisão em flagrante (art. 301 - 310, CPP), prisão preventiva (art. 311 - 316, CPP) e prisão temporária (prevista na Lei nº 7.960/89).

Conforme comentários de questões anteriores, a prisão, no caso do enunciado, é a prisão em flagrante (art. 302, I, CPP), portanto, sim, é uma espécie de prisão provisória.

No mesmo sentido, vimos que a prisão em flagrante independe de mandado/autorização judicial, portanto correta a assertiva nesse segundo ponto (art. 301, CPP).

Por fim, o art. 304, CPP define que deve ser exigido o recibo de entrega do preso, logo perfeita a assertiva. Veja-se:

Art. 304. Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto. - grifei.

Gabarito: Certo



LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

A respeito da identificação criminal, do crime de tortura, do abuso de direito, da prevenção do uso indevido de drogas, da comercialização de armas de fogo e dos crimes hediondos, julgue os itens que se seguem.

110- Caso três pessoas associadas, com divisão de tarefas, subtraíam substância explosiva, estará configurado crime hediondo.

Comentário:

Em primeiro lugar, a associação de 3 pessoas configura crime de *associação criminosa*, previsto no art. 288 do CP.

Associação Criminosa

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

O crime previsto no enunciado não é a mesma coisa que o de organização criminosa, cujo conceito é:

Associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Assim, somente seria crime hediondo se fosse empregado o explosivo durante um furto, e não furtar explosivos, conforme a seguir:

Art. 155, § 4º-A.

X - furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.

Gabarito: Errado



111- Qualquer agente público, ainda que não seja servidor e não perceba remuneração, pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade.

Comentário:

É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território. Além disso, independe de recebimento de remuneração ou não, além da transitoriedade ou não do cargo ou função. Vejamos o que diz o Código Penal:

Art. 2º É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a:

I - servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas;

II - membros do Poder Legislativo;

III - membros do Poder Executivo;

IV - membros do Poder Judiciário;

V - membros do Ministério Público;

VI - membros dos tribunais ou conselhos de contas.

Parágrafo único. Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade abrangidos pelo caput deste artigo.

Gabarito: Certo



112- Mesmo em caso de apresentação do documento de identificação civil, é possível a identificação criminal em caso de constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações.

Comentário:

Item correto, conforme a literalidade do art. 3º, inc. V, da Lei nº 12.037/2009.

Art. 3º Embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando:

V – constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações;

Gabarito: Certo

113- Entre as atividades de prevenção do uso indevido de drogas, está o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual em relação ao uso indevido dessas substâncias ilícitas.

Comentário:

Conforme a literalidade do art. 19, III, da Lei nº 11.343/06.

Art. 19. As atividades de prevenção do uso indevido de drogas devem observar os seguintes princípios e diretrizes:

III - o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual em relação ao uso indevido de drogas;

Gabarito: Certo



114- Conduzir arma de fogo, no exercício de atividade comercial, sem autorização, configura comércio ilegal de arma de fogo.

Comentário:

Conforme art. 17, *caput*, da Lei nº 10.826/03. Será punido com pena de reclusão de 6 a 12 anos e multa.
Comércio ilegal de arma de fogo:

Art. 17. Adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, e multa.

Gabarito: Certo

115- Praticam o crime de tortura policiais rodoviários federais que, dentro de um posto policial, submetem o autor de crime a sofrimento físico, independentemente de sua intensidade.

Comentário:

Trata-se do crime do art. 1º, II, em que se pune a conduta do agente que tem sobre sua guarda pessoa, a quem emprega violência ou grave ameaça, com INTENSO SOFRIMENTO FÍSICO OU MENTAL, com o fim de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. Neste caso, são elementos do tipo penal:

- Vítima está sob guarda ou autoridade de outra pessoa com intensidade de sofrimento físico ou mental (elemento normativo).
- Deve haver o emprego de violência ou grave ameaça (elemento normativo).
- Finalidade de empregar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo (elemento subjetivo).

Assim sendo, DEPENDE da intensidade do sofrimento, sob pena de desclassificação para outro tipo penal.

Gabarito: Errado



DIREITOS HUMANOS

À luz da Constituição Federal de 1988 (CF), do Pacto de São José da Costa Rica e do entendimento do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens que se seguem, relativos aos direitos humanos.

116- A mera intuição de que esteja havendo tráfico de drogas em uma casa não configura justa causa para autorizar o ingresso sem mandado judicial ou sem o consentimento do morador, exceto em caso de flagrante delito.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.

Item que solicita o conhecimento do Info 606 do STF, REsp 1574681-RS. Vejamos:

O ingresso regular da polícia no domicílio, sem autorização judicial, em caso de flagrante delito, para que seja válido, necessita que haja fundadas razões (justa causa) que sinalizem a ocorrência de crime no interior da residência. A mera intuição acerca de eventual traficância praticada pelo agente, embora pudesse autorizar abordagem policial, em via pública, para averiguação, não configura, por si só, justa causa a autorizar o ingresso em seu domicílio, sem o seu consentimento e sem determinação judicial.

Percebam, portanto, que o gabarito é CERTO. Por extrema pertinência, cita-se, também, o inc. XI do art. 5º da Carta Magna:

Art. 5º (...)

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

Gabarito: Certo



117- O aviso prévio é uma condicionante ao exercício do direito de reunião previsto na CF: a inexistência de notificação às autoridades competentes torna ilegal a manifestação coletiva.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.

Façamos a leitura do inc. XVI do art. 5º da CF/88:

Art. 5º (...)

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

Assim, com base na leitura seca do dispositivo acima, poderíamos concluir, facilmente, que o gabarito é CERTO. Acontece que a banca seguiu o entendimento do Supremo, no sentido de que não é requisito indispensável para o exercício do direito de reunião o aviso prévio para a autoridade competente, portanto gabarito ERRADO. Segue-se o entendimento:

A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local.

Dessa forma, o STF decidiu que reuniões e manifestações em espaços públicos podem ocorrer sem a necessidade de notificação prévia direcionada às autoridades competentes, bastando genérica “veiculação de informação” a respeito da reunião.

Por fim, perceba que foi exigido o julgamento da questão da seguinte forma: “À luz da Constituição Federal de 1988 (CF), do Pacto de São José da Costa Rica e do entendimento do Supremo Tribunal Federal, julgue o item que se seguem, relativos aos direitos humanos.”

Então, questão blindada, não acataram os inúmeros recursos que fizeram, à época, para essa questão.

Gabarito: Errado



118- A alteração do gênero nos assentamentos de registro civil independe da realização de procedimento cirúrgico, denominado transgenitalização, ou da comprovação da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, por parte da pessoa interessada.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Direitos de Orientação Sexual.

Suficiente para a resolução da questão é a leitura do Informativo 892 do STF (ADI 4275/DF):

Os transgêneros, que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, possuem o direito à alteração do prenome e do gênero (sexo) diretamente no registro civil. STF.

Ademais, tem-se o seguinte entendimento do STF no RE 670.422:

O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa.

O gabarito é, portanto, CERTO.

Gabarito: Certo

119- A Declaração Universal dos Direitos Humanos, um dos primeiros instrumentos normativos gerais de direitos humanos adotados por uma organização internacional, destacou-se pelo fato de comportar a ideia de dignidade da pessoa humana como ponto de convergência da ética universal e do fundamento valorativo do sistema protetivo global dos direitos humanos.



Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Item perfeito, caro aluno. De fato, a DUDH destacou-se pelo fato de comportar a ideia de dignidade da pessoa humana como ponto de convergência da ética universal.

Podemos constatar nas seguintes passagens da própria Declaração:

→ Preâmbulo

- Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo (...)

→ Artigo 1

- Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

→ Artigo 22

- Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

→ Artigo 23

3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

Gabarito: Certo

120- A Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência possui status supraconstitucional no ordenamento pátrio, sendo um exemplo de instrumento normativo internacional de caráter inclusivo adotado pelo Brasil para promover a acessibilidade e a autodeterminação de pessoas com deficiência.



Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009).

Caráter supraCONSTITUCIONAL? Ou o tratado de direitos humanos possui caráter supralegal (acima da lei, mas inferior às normas constitucionais), ou ele possui *status* de emenda constitucional, conforme o rito de aprovação previsto no § 3º do art. 5º da CF/88 (aprovação em ambas as casas do Congresso, 3/5 dos votos e em dois turnos). Jamais um tratado de DH pode ter força maior do que a Carta da República!

Item ERRADO, portanto. Pela pertinência temática, segue-se o dispositivo:

Art. 5º (...)

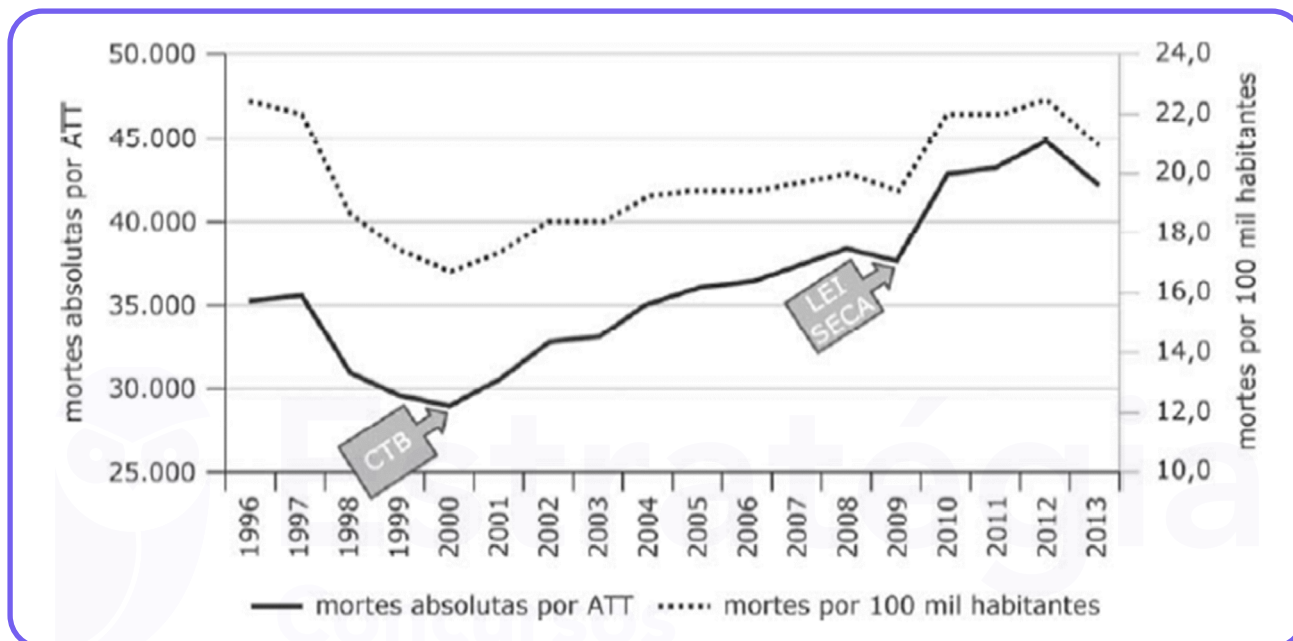
§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Gabarito: Errado



QUESTÃO DISCURSIVA

Brasil: evolução do número absoluto de óbitos por acidente de transporte terrestre (ATT) e da taxa de mortalidade por 100 mil habitantes (1996-2013)



O gráfico anterior mostra a evolução das mortes por acidente de 1996 a 2013, período que inclui a implementação de legislação de trânsito mais rígida, como o novo CTB em 1998 (Lei n.º 9.503/1997) e a nova lei de consumo zero de álcool de 2008, chamada popularmente de Lei Seca (Lei n.º 11.705/2008).

Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho. Mortes por acidentes de transporte terrestre no Brasil. Texto para Discussão 2212. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, IPEA, 2016 (com adaptações).

A grande inovação e, talvez, mais importante do Código de Trânsito de 1997 foi a apresentação de um capítulo específico sobre os crimes de trânsito, que não existia no código anterior. As sanções penais relativas às infrações cometidas no trânsito eram apreciadas pelo Código Penal (Decreto-lei n.º 2.848/1940) e pela Lei de Contravenções Penais (Decreto-lei n.º 3.688/1941).

Diego de Freitas Moriyama Silva. Os crimes de trânsito na legislação brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso. Curitiba: UFPR, 2018 (com adaptações).



Segundo dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF), apenas durante parte da pandemia (11/3/2020 a 31/5/2020), foram contabilizados 11.268 acidentes, sendo 969 deles (8,6%) provocados pela ingestão de álcool. O consumo de álcool foi responsável por 7% do total de óbitos, que chegaram a 958. Ao longo de 2019, o total de acidentes provocados por bebidas alcoólicas foi de 5.631, sendo 1.412 graves. Além disso, cerca de 18 mil motoristas foram notificados por terem sido flagrados dirigindo sob o efeito de álcool.

Internet: www.gov.br (com adaptações).

Considerando que os fragmentos de texto apresentados têm caráter motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

A INOVAÇÃO LEGISLATIVA COMO INSTRUMENTO PARA A REDUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRANSPORTE TERRESTRE (ATT)

1. o impacto da previsão dos crimes de trânsito no que se refere aos ATTs e as possíveis causas desse impacto;
2. o impacto da Lei Seca no que se refere aos ATTs e as possíveis causas desse impacto;
3. ações para a redução dos ATTs.

Observação (professor Marcio Damasceno): o local onde foram colocadas as caixinhas "CTB" e "LEI SECA" não coincidem com as datas apresentadas de promulgação das referidas leis.



Linha	Folha de respostas
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Proposta de Solução

Os acidentes de transporte terrestre (ATTs) representam um desafio para a segurança pública no Brasil, visto que resultam em inúmeras fatalidades anualmente. Para enfrentar esse problema, diversas inovações legislativas foram implementadas ao longo dos anos, tais como o novo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) de 1998 e a Lei Seca de 2008. Face à relevância do tema, é oportuno examinar os impactos dessas mudanças legislativas e as ações para a redução dos ATTs.

A princípio, ressalte-se que o impacto da previsão de crimes de trânsito no CTB foi uma redução considerável, nos anos iniciais, tanto do número de mortes absolutas quanto do número de mortes por 100 mil habitantes. O mesmo efeito, mas em intensidade inferior, foi observado quando da implementação da Lei Seca. Isso se deve, basicamente, à intensificação das campanhas educativas e de sensibilização e ao receio gerado pelas penalidades mais severas, como multas elevadas e prisão, fatos que, inicialmente, induziram os motoristas a adotarem comportamentos mais seguros. Contribuíram para o fortalecimento desse sentimento o destaque dado pelas diversas mídias às novas regulamentações e à expectativa de um aumento da fiscalização dessas novas regras. Dessa forma, a redução das mortes, concretizada por números, permite concluir que o impacto inicial foi bastante positivo no sentido de preservação de vidas humanas.

Contudo, em ambos os casos, esse efeito positivo foi temporário, visto que, com o passar do tempo, o número de mortes voltou a subir consistentemente. Entre as possíveis causas do insucesso a médio prazo dessas mudanças legislativas, podem-se mencionar: a diminuição da fiscalização, pois, após um período inicial de fiscalização intensa, as operações podem se tornar menos frequentes ou rigorosas, permitindo que comportamentos arriscados voltem a ocorrer; e a não manutenção das campanhas educativas, interrompendo o reforço constante, necessário para uma mudança de comportamento consistente. Assim, percebe-se que não houve uma internalização da importância do trânsito seguro, o que inspiraria uma mudança real de comportamento por parte dos condutores.

Por fim, para alcançar uma mudança de comportamento sustentável, é essencial que as estratégias de fiscalização e educação sejam contínuas e consistentes. A criação de intervenções comportamentais que ajudem os motoristas a internalizar a motivação para comportamentos seguros, assim como a aplicação constante e visível das leis de trânsito, são cruciais para manter os efeitos positivos observados inicialmente. Acrescente-se a esse rol a necessidade de melhorias na infraestrutura viária e o uso de tecnologia para tornar mais eficiente a fiscalização, a exemplo dos sistemas de videomonitoramento, permitindo um controle do cumprimento do CTB em tempo real.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.